



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57-RPQ

**CADERNO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO E
MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA E FICHAS
METODOLÓGICAS**

Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Evandro Albiach Branco
Semiramis Biasoli
Marcos Sorrentino
Renata Rozendo Maranhão

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34R/3TADB42>>

INPE
São José dos Campos
2019

PUBLICADO POR:

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Gabinete do Diretor (GBDIR)

Serviço de Informação e Documentação (SESID)

CEP 12.227-010

São José dos Campos - SP - Brasil

Tel.:(012) 3208-6923/7348

E-mail: pubtc@inpe.br

CONSELHO DE EDITORAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO INPE - CEPPII (PORTARIA Nº 176/2018/SEI-INPE):

Presidente:

Dr. Marley Cavalcante de Lima Moscati - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CGCPT)

Membros:

Dra. Carina Barros Mello - Coordenação de Laboratórios Associados (COCTE)

Dr. Alisson Dal Lago - Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas (CGCEA)

Dr. Evandro Albiach Branco - Centro de Ciência do Sistema Terrestre (COCST)

Dr. Evandro Marconi Rocco - Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial (CGETE)

Dr. Hermann Johann Heinrich Kux - Coordenação-Geral de Observação da Terra (CGOBT)

Dra. Ieda Del Arco Sanches - Conselho de Pós-Graduação - (CPG)

Silvia Castro Marcelino - Serviço de Informação e Documentação (SESID)

BIBLIOTECA DIGITAL:

Dr. Gerald Jean Francis Banon

Clayton Martins Pereira - Serviço de Informação e Documentação (SESID)

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA:

Simone Angélica Del Ducca Barbedo - Serviço de Informação e Documentação (SESID)

André Luis Dias Fernandes - Serviço de Informação e Documentação (SESID)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Ivone Martins - Serviço de Informação e Documentação (SESID)

Murilo Luiz Silva Gino - Serviço de Informação e Documentação (SESID)



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/05.14.16.57-RPQ

**CADERNO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO E
MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA E FICHAS
METODOLÓGICAS**

Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Evandro Albiach Branco
Semiramis Biasoli
Marcos Sorrentino
Renata Rozendo Maranhão

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34R/3TADB42>>

INPE
São José dos Campos
2019



Esta obra foi licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 3.0 Não Adaptada.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 3.0 Unported License.

SUMÁRIO

Apresentação	4
A. HISTÓRICO E PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DOS INDICADORES	5
B. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO MÉTODO DELPHI	9
C. FICHAS METODOLÓGICAS DOS INDICADORES.....	12
Dimensão Diagnóstica	12
1. Diagnóstico para construção da PPEA.....	12
Dimensão da Participação e Construção Coletiva.....	14
2. Mobilização Social.....	14
3. Existência de espaço coletivo (colegiado) para construir e implementar a PPEA	16
Dimensão da Formação Dialógica	18
4. Desenvolvimento de processo formador para a construção e implementação da PPEA	18
5. Articulação entre teoria e prática do processo formativo/pedagógico	20
6. Diversidade de Técnicas/estratégias utilizadas nos processos formativos	21
7. Diversidade de públicos envolvidos.....	22
8. Avaliação dos processos formativos	23
Dimensão da Intervenção Socioambiental	24
9. Intervenções socioambientais geradas a partir da execução da PPEA.....	24
Dimensão da Subjetividade / Indivíduo	25
10. Elevação da autoestima dos envolvidos	25
11. Laços e vínculos comunitários/sociais	26
12. Valorização da cultura associada às atividades ambientais	27
Dimensão da Complexidade	28
13. Articulação Temática	28
14. Articulação de Redes, Movimentos socioambientais e Coletivos Educadores	30
15. Conexão e articulação com referências, documentos e/ou instrumentos internacionais.....	32
16. Apoio à Ações Afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações.....	34
Dimensão Institucional	36

17. Instrumento legal da PPEA	36
18. Instrumento pedagógico participativo de base	37
19. Gestão racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos.....	38
20. Suporte orçamentário	39
21. Infraestrutura física	40
22. Estrutura Organizacional.....	41
23. Recursos humanos empregados na PPEA.....	42
24. Monitoramento e Avaliação da PPEA	43
Dimensão da Comunicação	44
25. Plano e Ferramentas de Comunicação	44
26. Interlocutores do processo de comunicação.....	45
27. Educomunicação e/ou Comunicação Social	46
Referências	47

Apresentação

Apresenta-se aqui o relatório do processo de construção participativa dos indicadores de monitoramento e avaliação de e políticas públicas de educação ambiental, parte do projeto de desenvolvimento da Plataforma Brasileira de Avaliação e Monitoramento de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental, instrumento idealizado coletivamente e que visa a construção de um banco de dados colaborativo, alimentado pela diversidade de atores do país.

Este processo nasceu das demandas, necessidades, expectativas e oportunidades de sinergias, diálogos, cooperação, monitoramento e avaliação sobre as políticas públicas de educação ambiental que levaram à criação da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), com a sua Secretaria Executiva assumindo a construção da mencionada Plataforma.

O presente relatório tem como objetivo dar a devolutiva dos resultados da aplicação do método Delphi junto ao grupo de especialistas convidados, cuja finalidade foi avaliar e aprimorar os indicadores de projetos e políticas públicas de educação ambiental e suas respectivas fichas metodológicas.

Desse modo, o relatório está organizado por meio de um breve histórico do processo de construção dos indicadores e suas etapas metodológicas, além dos resultados da aplicação do método Delphi com as fichas metodológicas aprimoradas a partir das reflexões e sugestões dos especialistas.

A. HISTÓRICO E PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DOS INDICADORES

O enfrentamento e a superação da crise civilizatória dependem da construção de sociedades de transição para a sustentabilidade socioambiental, o que exige comprometimento na realização de processos de educação ambiental permanentes, continuados e articulados nos territórios. Trata-se da institucionalização da educação ambiental para promover o protagonismo na base da sociedade por meio das políticas públicas locais territoriais pautadas na Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº9795/99) e fundamentadas pelo Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

O campo das políticas públicas de educação ambiental é essencial para a busca da sustentabilidade socioambiental local e planetária e merece atenção minuciosa não apenas dos governantes, mas, também dos acadêmicos e de toda a sociedade, para que juntos possam formular e executar ações que atendam às necessidades, expectativas e interesses da diversidade dos territórios do Brasil (SORRENTINO, 2015).

Neste sentido, o Laboratório de Educação e Política Ambiental Oca/ESALQ/USP realizou em maio de 2014 o Simpósio de Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis – Municípios, Escolas e Instituições de Educação Superior (IES) que educam para a sustentabilidade socioambiental (SPPEA), com o apoio da CAPES, da Superintendência de Gestão Ambiental da USP, Itaipu Binacional, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação.

O SPPEA envolveu mais de 600 pessoas provenientes de todas as regiões do Brasil, representando o poder público em suas múltiplas esferas, as instituições de educação superior, escolas, instituições privadas, coletivos educadores, organizações não governamentais e outros atores. Com objetivos de contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de educação ambiental de transição para sociedades sustentáveis no país, bem como promover a sinergia entre ações de EA, o Simpósio realizou um diagnóstico participativo sobre demandas, desafios, expectativas e oportunidades referentes à formulação e implementação de políticas públicas de educação ambiental no Brasil.

Dentre os resultados do diagnóstico foi identificado um déficit quanto à formação de educadores ambientais no campo das políticas públicas, o que implica em dificuldades para a institucionalização das PPEA, desde sua criação à implantação, passando também pelo

monitoramento e avaliação. Num questionamento sobre a necessidade, desejos e disponibilidade para a estruturação de uma articulação nacional de políticas públicas de educação ambiental, 98% do público envolvido no Simpósio responderam positivamente, sugerindo encontros presenciais e comunicação à distância para construção de estratégias de articulação.

Buscando materialidade para os encaminhamentos de articulação e sinergias de políticas públicas de EA, iniciou-se o delineamento de uma plataforma digital para o cadastro e análises espaciais de ações estruturantes, projetos e políticas públicas de educação ambiental do país, por meio de parceria técnica entre a Oca/ESALQ, o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) e o Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Nesse contexto, em agosto de 2015, foi lançada a ANPPEA – Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental, sendo proposta a criação de sua Secretaria Executiva composta pelo FunBEA, CCST/INPE; Oca/ESALQ/USP; Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC). A primeira tarefa assumida pela Secretaria Executiva da ANPPEA, neste momento apenas instituída como articulação informal, foi a continuidade na construção da plataforma com objetivos para o monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental (EA).

O delineamento da plataforma está condicionado aos indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de EA, portanto, o primeiro desafio da plataforma era justamente sua construção.

Entre 2016 e 2018 foi percorrido um caminho metodológico de construção participativa dos indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental conforme etapas apontadas a seguir.

Etapa 1 - Definição e recorte conceitual da Plataforma a partir de concepções de políticas públicas, políticas públicas de educação ambiental, monitoramento, avaliação e indicadores. Estudos e revisão bibliográfica de indicadores de educação ambiental no Brasil.

Dado que a Plataforma vem sendo construída por meio de uma articulação nacional que envolve o Ministério do Meio Ambiente, após estudos da revisão bibliográfica optou-se por construir os indicadores a partir das “dimensões definidas no Projeto Político Pedagógico

(PPP) do MMA como necessárias para monitorar e avaliar as políticas públicas socioambientais que tenham EA de forma transversal” (RAYMUNDO et al., 2015).

As dimensões definidas no PPP do MMA são frutos de um processo participativo realizado pelo DEA/MMA em 2014/2015 junto aos gestores públicos e analistas ambientais do Ministério e suas instituições vinculadas¹ (ANA, IBAMA, ICMBio, JBRJ e SFB), além do Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA.

O monitoramento e avaliação que se pretende a partir da Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental é parte de um movimento educador ambiental que busca e constrói sinergias, propicia intervenções, ensino-aprendizagem e produz conhecimentos e informações capazes de potencializar as políticas públicas de EA, procurando enfrentar seus desafios, aprimorar suas ações e atender suas demandas. Neste sentido, a Plataforma com abordagem de políticas públicas multicêntricas e multiescalares possibilitará análises espaciais da extensão e relacionamento entre políticas públicas nos territórios (RAYMUNDO et al., 2017).

Etapa 2 – Oficinas, rodas de conversa e mesa-redonda com objetivo de promover diálogos e reflexões que contribuíssem para a construção dos indicadores de monitoramento e avaliação das políticas públicas de educação ambiental como base da plataforma em delineamento. Foram envolvidas mais de 700 pessoas abrangendo atores diversificados das cinco regiões do país, envolvendo educadores ambientais, gestores públicos, técnicos, lideranças, professores, estudantes e outros representantes do poder público, da sociedade civil, do setor empresarial, dos movimentos sociais, redes, coletivos educadores, escolas e universidades. Destaca-se que foi realizada uma oficina específica no DF com as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) do Brasil, representadas pelas secretarias estaduais de meio ambiente e educação das unidades federativas do país. Salienta-se, também, que houve uma mesa redonda no IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galícia sob a responsabilidade da Rede Lusófona de EA e uma mesa redonda no IX Fórum Brasileiro de Educação Ambiental organizado pela Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), sendo possível apresentar o processo de construção da Plataforma, ampliando os diálogos e reflexões sobre monitoramento, avaliação e indicadores.

¹ Instituições Vinculadas do Ministério do Meio Ambiente: Agência Nacional de Águas – ANA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ e Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

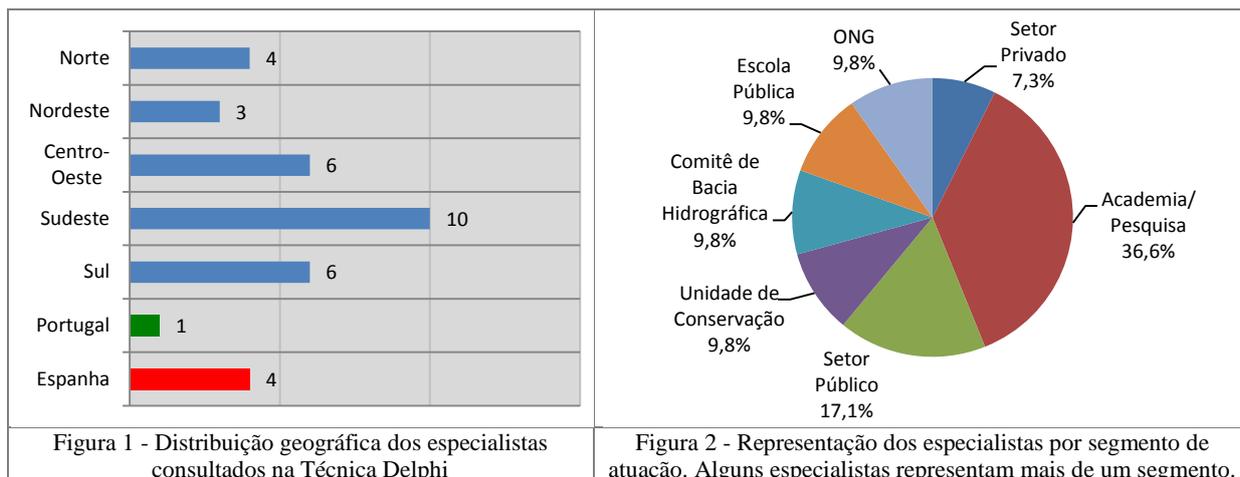
Etapa 3 – A partir dos resultados dos processos participativos as equipes do CCST/INPE; FunBEA, Oca/Esalq/USP e Secretaria Executiva da ANPPEA realizaram a sistematização das dimensões e dos indicadores de monitoramento e avaliação dos políticas públicas de educação ambiental. O resultado da sistematização foi a proposição de 28 indicadores, distribuídos em oito dimensões articuladas e integradas de monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação ambiental.

Com este resultado geral a equipe pode construir para cada indicador uma ficha metodológica composta de objetivos, justificativas, conceitos, perguntas descritoras de coleta de dados e métricas e critérios utilizados para a atribuição de pesos.

Etapa 4 – Foi organizado e aplicado o método Delphi para aprofundar e aprimorar os indicadores construídos coletivamente. “A técnica ou método Delphi, como é denominada, baseia-se na seleção de um grupo de informantes socializados com o tema ou com o contexto a ser investigado” (ANTUNES, 2014, p. 66), segundo Minayo (2009, p. 87) “o Delphi é uma das técnicas utilizadas para a construção de indicadores qualitativos”, sendo importante para validar instrumentos e resultados de pesquisa a partir de especialistas do assunto.

O Delphi requer o anonimato dos especialistas convidados, pois, considera que isso “reduz a influência de fatores psicológicos, como os efeitos da capacidade de persuasão, a relutância em abandonar posições assumidas e a dominância de grupos majoritários em relação a opiniões minoritárias” (ROZADOS, 2015, p. 69).

Dentro destes preceitos aplicou-se o método Delphi com um grupo de 34 especialistas, distribuídos por todas as regiões do país e com histórico de envolvimento na educação ambiental, políticas públicas e indicadores, sendo provenientes de diversificadas áreas de atuação como instituições de educação superior, escolas públicas, prefeituras, governos federal e estadual, unidades de conservação, redes de educação ambiental, coletivos educadores, coletivo jovens de meio ambiente, CIEAs, comitês de bacia, organização não governamental, setor privado, entre outros.



Dos 34 especialistas consultados, 26 além de representar segmentos ou instituições específicos, atuam em redes ou coletivos de educação ambiental, articulados por todo o país.

O grupo de especialistas passou pela rodada do método Delphi a qual foi subsidiada por artigos publicados (RAYMUNDO et al., 2017; RAYMUNDO; BRANCO; BIASOLI, 2018) a respeito do processo participativo desenvolvido, até aquele momento, para a construção dos indicadores e Plataforma. Cada especialista convidado recebeu as 28 fichas metodológicas dos indicadores e teve a missão de avaliá-las conforme quadro a seguir.

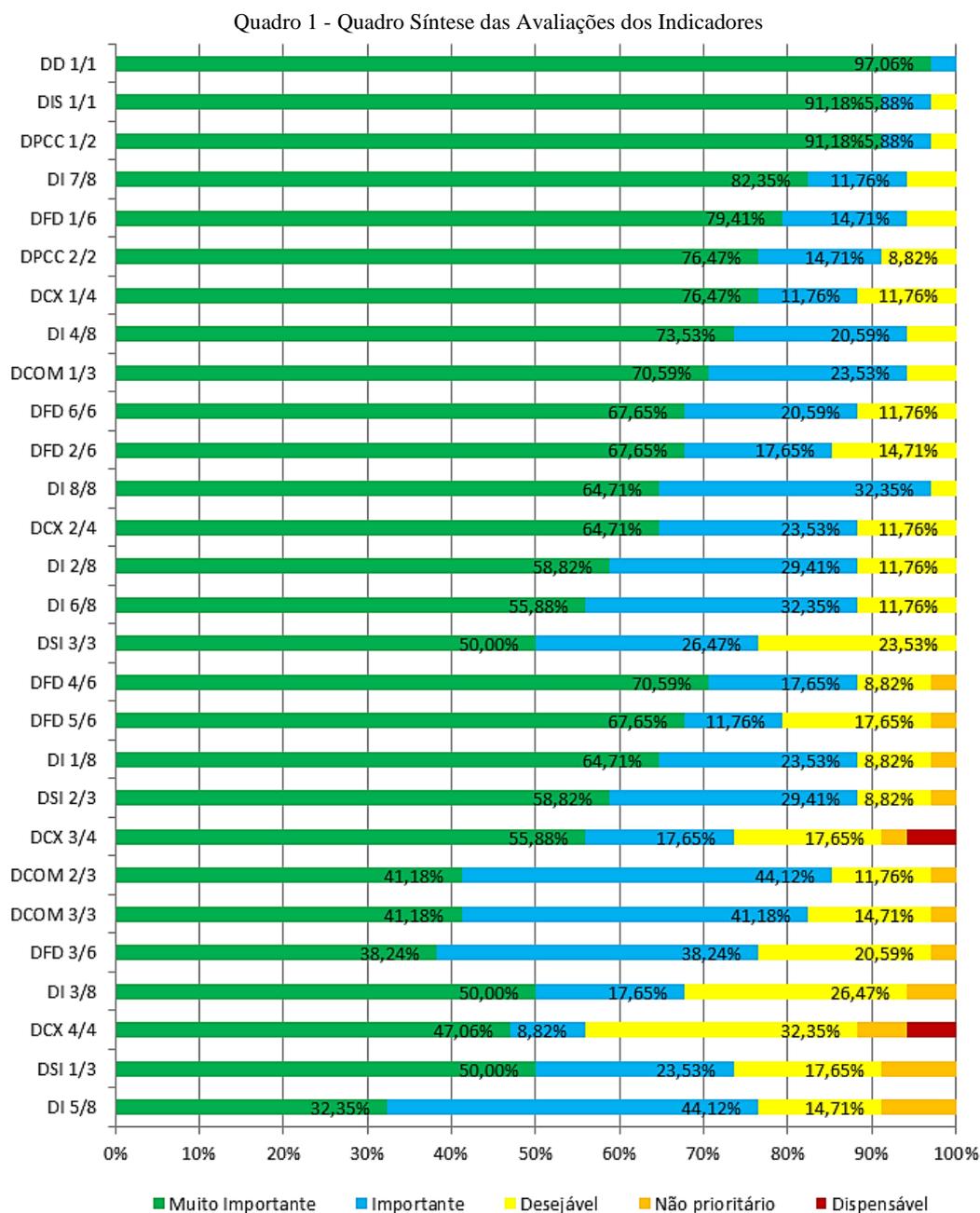
Indicador		
Avaliação do especialista	Grau de Importância do Indicador (assinale com um "x")	Muito importante
		Importante
		Desejável
		Não prioritário
		Dispensável
	Comentários, justificativas, sugestões.	

Após a devolutiva de todos os 34 especialistas convidados do Delphi, as equipes realizaram a sistematização analítica que resultou no aprimoramento das fichas metodológicas, conforme serão apresentadas neste relatório.

B. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO MÉTODO DELPHI

As análises das avaliações dos especialistas foram realizadas de forma quantitativa, com a tabulação das frequências de respostas, para cada indicador, e qualitativa,

sistematizando os comentários, sugestões e críticas recebidas. O quadro 1 apresenta a distribuição de frequências relativas das respostas, por indicador.



De acordo com os resultados da análise quantitativa, todos os indicadores foram considerados validados². Entretanto, as análises qualitativas indicaram a necessidade de revisão e refinamento das fichas metodológicas, complementação de opções de resposta, agrupamento de indicadores, redefinição de métricas, entre outras, a partir das reflexões e sugestões de cada especialista.

² Todos os indicadores atingiram níveis de “Muito Importante”, “Importante” e “Desejável” acima de 85%.

Deste modo, dos 28 indicadores apresentados aos especialistas, e seguindo suas recomendações e críticas, foram realizadas adequações de dois tipos: i) alguns indicadores passaram por pequenas alterações em sua denominação, de forma a tornar mais claro o objetivo do indicador; ii) quatro indicadores foram revisados de maneira integrada e reagrupados em apenas dois indicadores; iii) um novo surgiu indicador, resultando assim em 27 indicadores. Além disso, vários indicadores agora se apresentam com maior detalhamento a fim de melhor fundamentação dos mesmos, contemplando assim as proposições e reflexões feitas no método Delphi.

A seguir apresentam-se as fichas metodológicas aperfeiçoadas, por dimensão.

C. FICHAS METODOLÓGICAS DOS INDICADORES

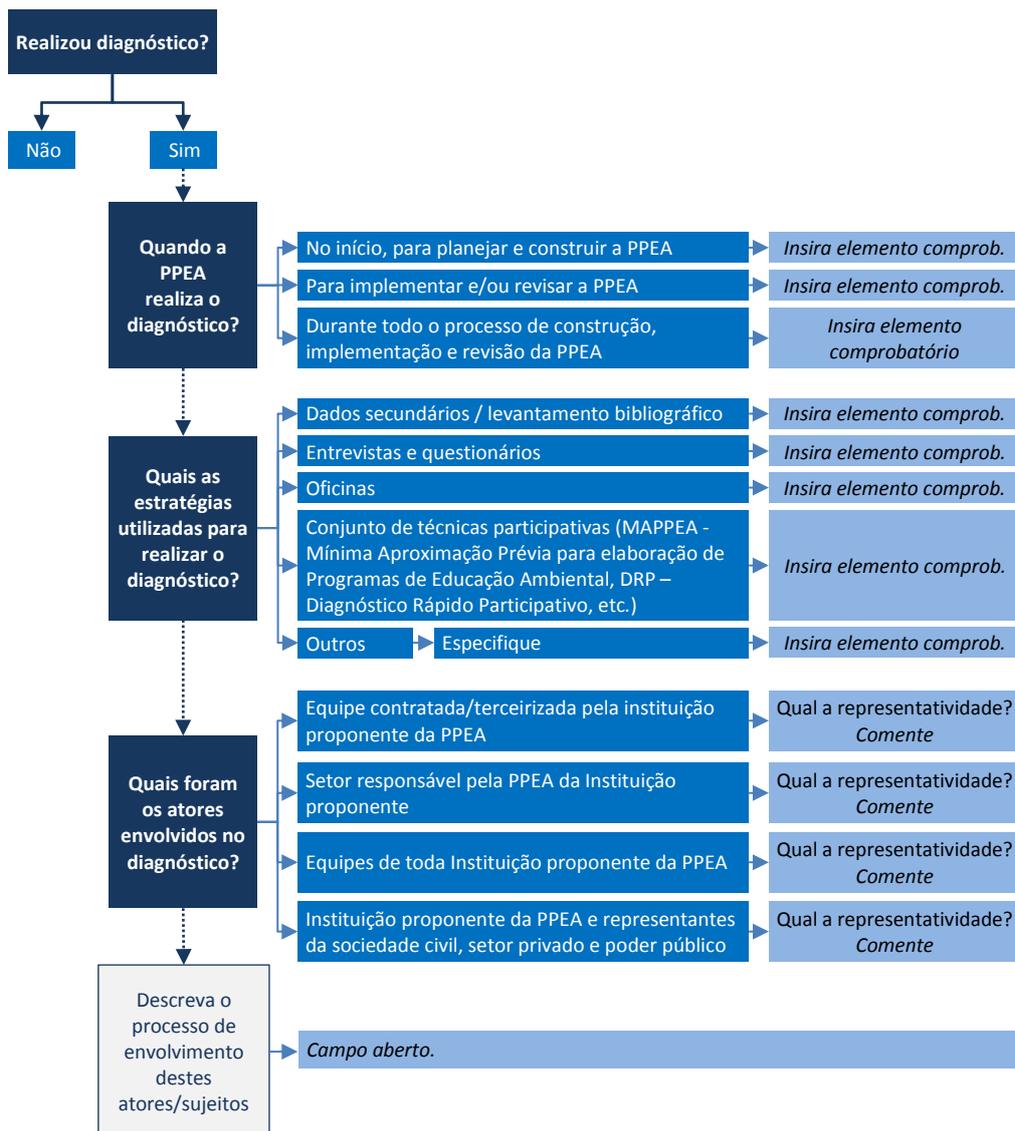


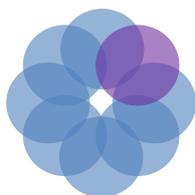
Indicadores da
Dimensão Diagnóstica

1 (um) indicador

Nome do Indicador:	1. Diagnóstico para construção da PPEA	DD 1/1
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho	
Objetivo(s) do Indicador:	Identificar se a PPEA tem como premissa a leitura socioambiental da realidade e contextualização do território da sua ação.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	O campo da EA tem como premissa a leitura crítica e contextualizada da realidade para que a intervenção político-pedagógica esteja de acordo com as suas necessidades, desafios, potencialidades e demandas. Deste modo, um diagnóstico representa a estratégia metodológica para subsidiar a construção, implementação, monitoramento e revisão de uma PPEA. Considera-se, portanto, o diagnóstico de forma continuada, num processo incremental que aprimora e aprofunda constantemente a PPEA.	
Conceitos e Definições:	<p>Diagnósticos participativos podem ser caracterizados como métodos para investigação e problematização de uma determinada realidade com a participação dos sujeitos e atores do território da ação.</p> <p>De acordo com Oca (2016, p. 11), “diagnósticos não são neutros, se curvam sobre a realidade, fruto de uma escolha politicamente orientada. São oportunidades de articulação das forças e desejos existentes, e com eles não se inaugura algo novo no território, mas torna-se possível fortalecer os recursos disponíveis e valorizar os indivíduos e organizações que fazem ou podem fazer parte do caminho para construção da sustentabilidade da região.”</p> <p>Um diagnóstico participativo promove o encontro da diversidade em diálogos e análises que trazem à tona os conflitos socioambientais que precisam ser enfrentados coletivamente.</p> <p>Desenvolver diagnósticos de forma continuada pelas políticas públicas de EA permitirá “identificar os interesses, as demandas, potencialidades, problemas e suas causas, o tempo e o espaço dos acontecimentos junto à sociedade” (RAYMUNDO et al., 2015).</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



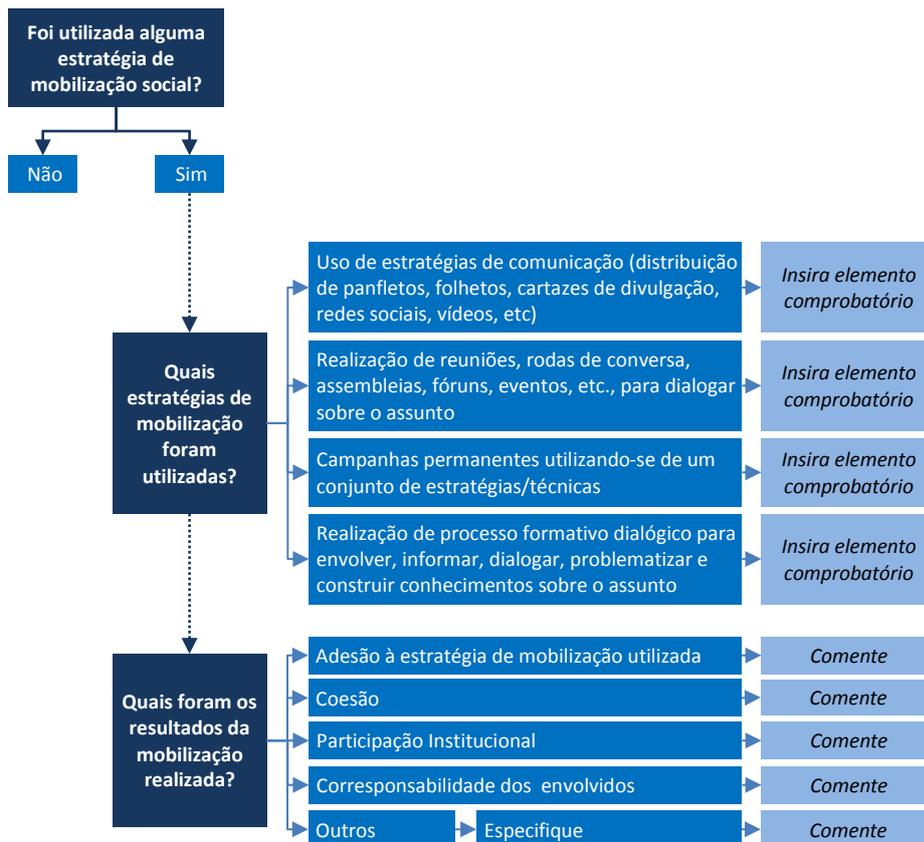


Indicadores da
**Dimensão da Participação e
Construção Coletiva**

2 (dois) indicadores

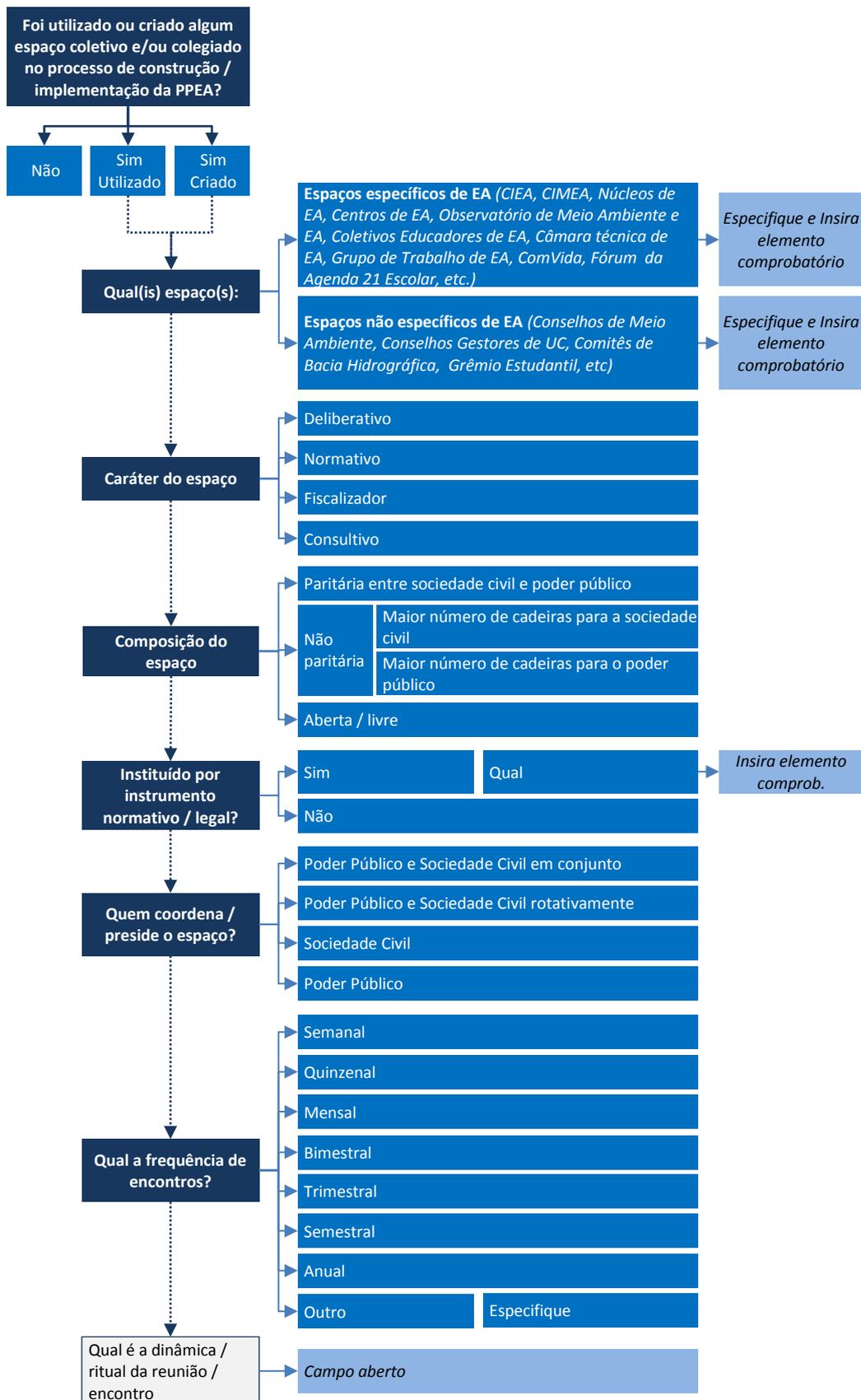
Nome do Indicador:	2. Mobilização Social	DPCC 1/2
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho e resultados.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se existe mobilização social, quais suas estratégias e resultados.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Para que a participação e construção coletiva de uma política pública ocorram é necessário que indivíduos e atores sociais sejam convidados, sensibilizados, engajados e compromissados em alcançar o objetivo comum, portanto, é preciso que tenha alguma estratégia de mobilização.	
Conceitos e Definições:	<p>“Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (TORO; WERNECK, 1996, p. 5).</p> <p>Compreende-se que existe a necessidade de mobilizar permanentemente e de forma continuada para que os resultados sejam mais promissores.</p> <p>De acordo, com Nunes (2009, p. 55–56) existem alguns níveis de resultados que a mobilização pode atingir, passando pela simples presença/participação em uma determinada estratégia até o nível máximo de uma mobilização que é a corresponsabilização. Portanto, consideram-se aqui os resultados da mobilização estratificados nos seguintes níveis:</p> <p>Adesão: É quando a mobilização consegue contar com a presença do público esperado na estratégia adotada.</p> <p>Coesão: O público adere ao que foi proposto na mobilização, gerando união e até um tipo de vínculo.</p> <p>Participação institucional: É o estágio no qual os públicos têm um vínculo mais forte, concretizado em relações contratuais. Entretanto, um projeto de mobilização não deve buscar a participação institucional de todos os seus públicos, em todos os momentos, pois isso o descaracterizaria de um sistema aberto, no qual as pessoas se inserem pela mobilização, passaria a ser um sistema fechado e pouco flexível, o que oferece o risco de engessamento burocrático.”</p> <p>Corresponsabilidade: O nível máximo do vínculo resultante da mobilização é a corresponsabilização. É quando o público se sente responsável pelo sucesso da iniciativa, entendendo a sua participação como parte essencial do todo” (NUNES, 2009).</p>	

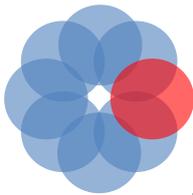
Questões, campos de resposta (e pontuação):



Nome do Indicador:	3. Existência de espaço coletivo (colegiado) para construir e implementar a PPEA	DPCC 2/2
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho e resultado.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a construção e implementação da PPEA se propõe a estruturar um processo democrático e participativo, além de institucionalizar o espaço coletivo.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Um espaço coletivo para a construção de uma política pública demonstra na prática que existe um comprometimento com a participação continuada, visto que o espaço é uma oportunidade de voz e ouvidos, diálogos, reflexões e negociações. Os espaços coletivos e/ou colegiados garantem o debate e potencializam a maturidade da PPEA, dando respaldo e confiabilidade à mesma.	
Conceitos e Definições:	<p>O sentido de espaço coletivo aqui diz respeito a grupos de trabalho permanentes ou criados por tempo indeterminado com fins de diálogos, reflexões, construção de conhecimentos, socialização de informações, articulações, negociações e tomadas de decisão coletiva. Os colegiados podem ser os já existentes ou algum criado especificamente para contribuir na construção e/ou implementação da política pública. Exemplos de colegiados: Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA); Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - estadual (CIEA); Conselhos de Meio Ambiente; Câmaras Técnicas/Temáticas; Coletivos Educadores; etc.</p> <p>Destaca-se que não basta a existência do espaço coletivo, é necessário que ele seja arranjado de forma a se fomentar a participação, pois o que determina a qualidade do trabalho são as relações pessoais, a formação e qualificação de seus integrantes, a composição, paridade e a representatividade de suas bases.</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



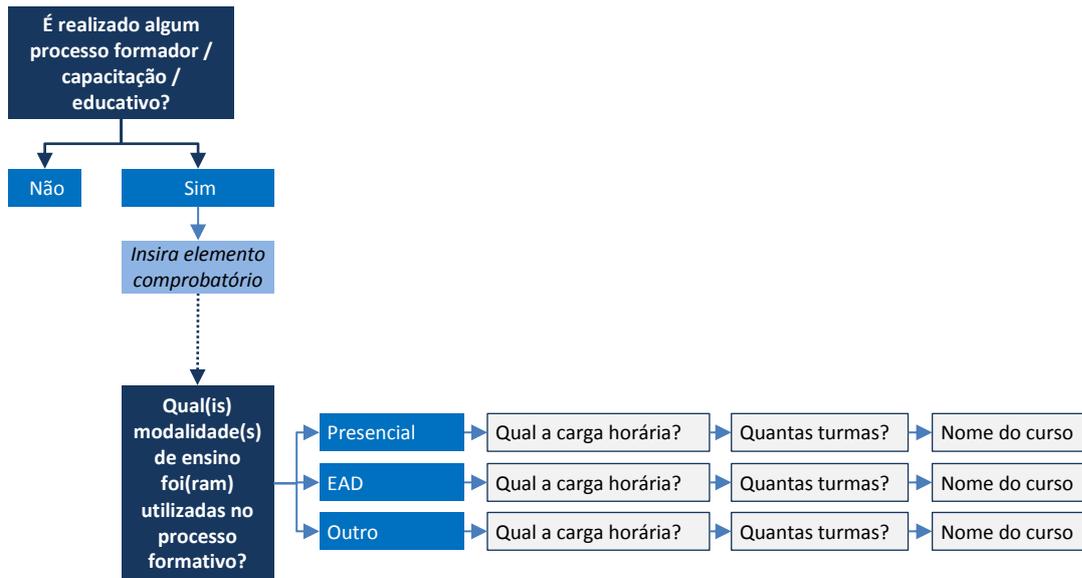


Indicadores da
**Dimensão da Formação
Dialógica**

5 (cinco) indicadores

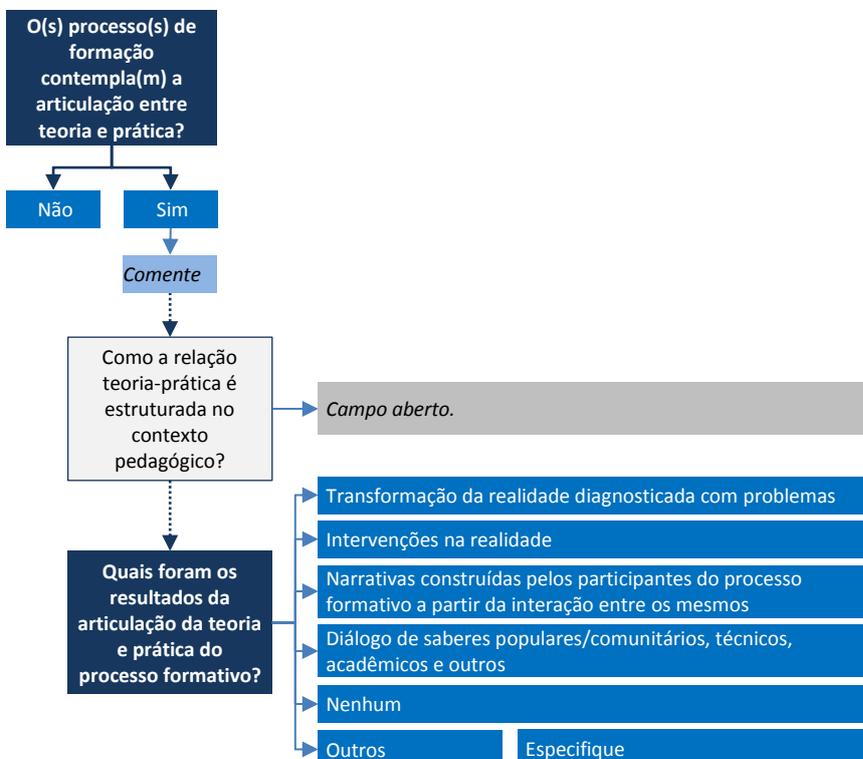
Nome do Indicador:	4. Desenvolvimento de processo formador para a construção e implementação da PPEA	DFD 1/5
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Identificar se existem processos formadores como parte da PPEA.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	<p>A construção e a implementação de uma PPEA dependem da participação dos atores sociais que dialoguem criticamente sobre suas realidades, suas demandas e direitos. Portanto, são necessários espaços formais e informais para a formação cidadã e emancipatória.</p> <p>Nesse sentido, uma política pública deve preparar a sociedade para aquilo que ela trata, desenvolvendo processos formadores permanentes e continuados com a população em geral para que todos se apropriem da sua essência e assim, juntos – Estado e sociedade, possam atuar na resolução de problemas coletivos e pelo bem comum.</p> <p>O verbo da pergunta está no tempo presente porque a formação deve ser continuada e permanente, ou seja, não importa qual a fase na qual a PPEA está atualmente, a formação deve sempre existir.</p>	
Conceitos e Definições:	<p>“[...] Nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico, político, não necessariamente idêntico a outro contexto” (FREIRE, 2002, p. 20).</p> <p>A formação dialógica aqui é compreendida como um processo pedagógico Freiriano que se dá pela leitura e comprometimento com a transformação de mundo. A formação exige entre outras características, principalmente o diálogo, interação, respeito, pluralidade e cooperação.</p> <p>O diálogo compreendido como uma relação entre sujeitos, que não objetifica o outro. Sujeitos em interação comunicam-se e constroem sentidos e significados comuns, ao mesmo tempo em que reveem os seus próprios sentidos e significados com os quais compreendem o mundo. A formação dialógica, que se difere de informação, implica na problematização da realidade para nela intervir e recriá-la.</p> <p>A modalidade de ensino pode sinalizar as oportunidades e limitações de ensino-aprendizagem que estão sendo ofertadas. A modalidade aqui é compreendida como a forma de organização que está estruturada o processo formativo, considerando-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presencial - quando as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas num espaço pré-determinado com a mediação de pelo menos um educador em interação direta junto aos educandos (as); • Educação à Distância - são os cursos que se desenvolvem com mais de 70% do seu conteúdo programático com atividades sem a presença do educador, com o uso de meios como internet, rádio, satélite ou correio. 	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



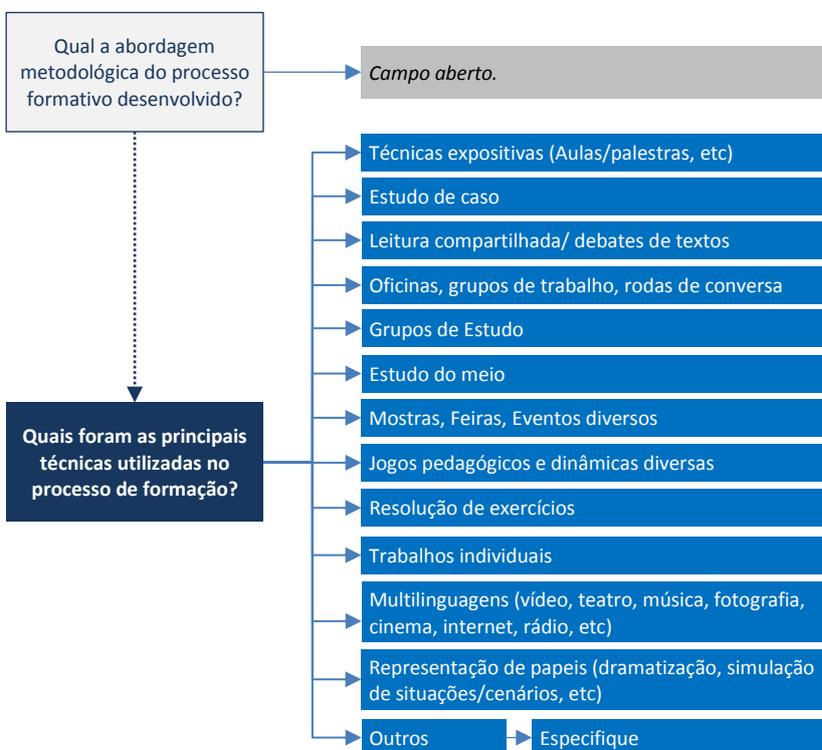
Nome do Indicador:	5. Articulação entre teoria e prática do processo formativo/pedagógico	DFD 2/5
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho e resultado.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se houve articulação e integração entre teoria e prática a partir do processo formativo.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	O conceito de formação dialógica parte da premissa que é necessário articular teoria e prática, pois ambas são aspectos da mesma atuação, de um mesmo processo. Não há teoria sem prática, e nem prática sem teoria. Portanto, é importante que um processo formativo seja desenvolvido nessa perspectiva gerando resultados que demonstrem essa articulação.	
Conceitos e Definições:	<p>Articulação e integração da teoria e prática exigem um processo reflexivo e criativo que dá sentido às experiências, vivências e realidade dos educandos, nos remetendo à práxis educativa com a ação-reflexão-ação.</p> <p>De acordo com Candau e Lelis (1999), os termos teoria e prática derivam do grego, sendo que “teoria” traz o sentido de contemplar, observar e refletir, enquanto a palavra “prática” relaciona-se ao agir e à interação humana consciente. Nesse sentido, na articulação teoria e prática os educandos, em interação, dialogam, constroem suas próprias narrativas sobre as questões postas, além de efetivarem intervenções sobre a realidade posta em busca da transição e transformação para aquilo que é desejado.</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



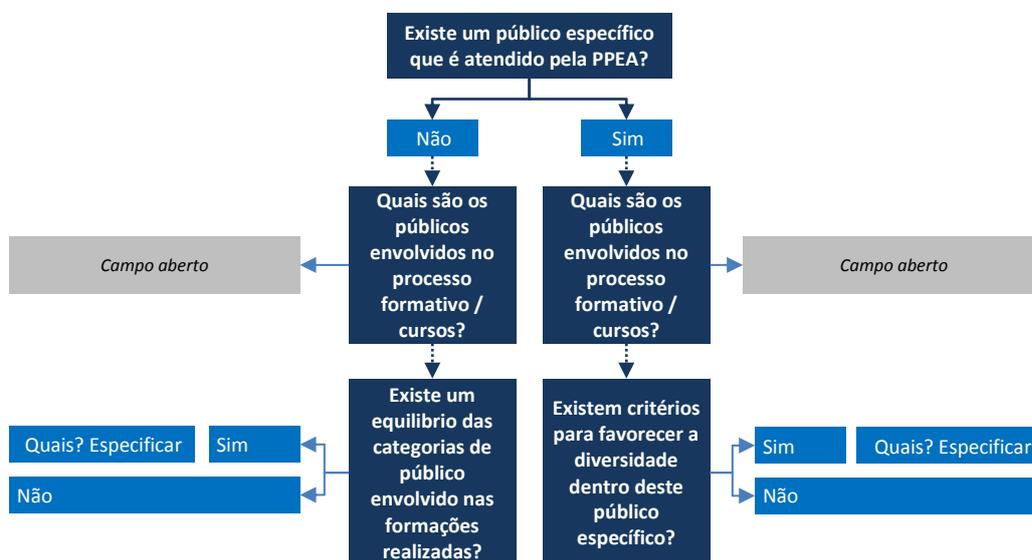
Nome do Indicador:	6. Diversidade de Técnicas/estratégias utilizadas nos processos formativos	DFD 3/5
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se existe uma diversidade de técnicas e estratégias no processo formativo.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	As técnicas e estratégias de um processo formativo contribuem para avaliar os referenciais prático-teóricos, valores e princípios do caminho adotado para alcançar os objetivos propostos e gerar resultados. A diversidade e a combinação de técnicas no processo formativo ampliam os modos de conhecer e agir, individual e coletivamente.	
Conceitos e Definições:	<p>Espera-se de um processo de formação dialógica uma abordagem metodológica e um conjunto de técnicas/estratégias que possibilitem os espaços democráticos de participação e construção de conhecimentos, a reflexão, a leitura crítica da realidade considerando a pluralidade dos atores e território, que potencialize as ações, intervenções solidárias, cooperativas e comprometidas com a transformação socioambiental.</p> <p>Um processo formador que adota uma diversidade de técnicas e estratégias com intencionalidade pedagógica pode potencializar conhecimentos e ações de um determinado grupo.</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



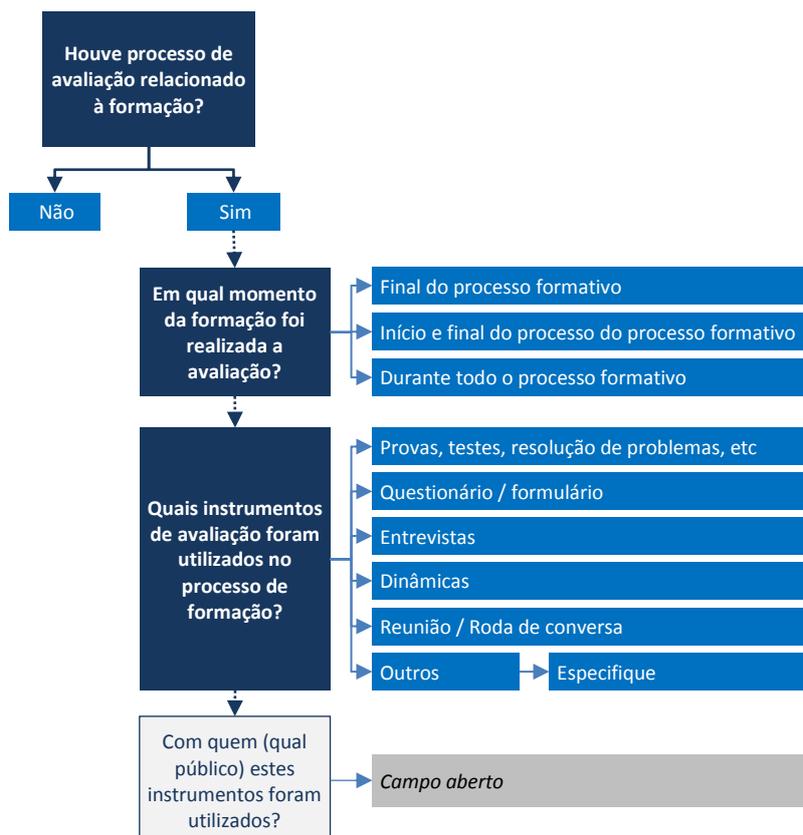
Nome do Indicador:	7. Diversidade de públicos envolvidos	DFD 4/5
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se existe inclusão de públicos vulneráveis e se a diversidade de público é contemplada.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	<p>As políticas públicas de educação ambiental devem ter como princípio a inclusão de todos, buscando a paridade, o equilíbrio entre os públicos atendidos e incluindo os públicos vulneráveis.</p> <p>A diversidade de públicos envolvidos nos processos formativos possibilita verificar se existe a tendência para o respeito às diferenças e uma cultura de inclusão social.</p>	
Conceitos e Definições:	<p>Considerando-se a educação ambiental como um direito humano, é necessário que os processos pedagógicos democráticos e plurais promovam e valorizem a inclusão social. Deste modo, a diversidade dos públicos envolvidos nos processos formativos é considerada como um dos elementos (iniciais) imprescindíveis para a inclusão social.</p> <p>Assim, entende-se por diversidade de públicos o conjunto de sujeitos/pessoas agrupadas pela multiplicidade de aspectos étnicos, sociais, culturais, ocupação profissional, gênero, orientação sexual, ideológicos, idade, etc.</p> <p>As PPEA devem estar comprometidas com a equidade entre mulheres e homens, com os diferentes grupos de interesse que precisam estar representados em paridade nos espaços e processos formativos.</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



Nome do Indicador:	8. Avaliação dos processos formativos	DFD 5/5
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a avaliação é parte do processo formativo.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Detectar se existe ou não avaliação num processo formativo não garante que o mesmo esteja carregado da perspectiva dialógica, mas, acredita-se que é um importante passo. O processo de avaliação é fundamental para as adequações, inovações e melhorias das formações, fortalecendo a qualidade do ensino-aprendizagem.	
Conceitos e Definições:	Compreende-se a avaliação como parte do processo de ensino-aprendizagem, devendo ser continuada e permanente. Avaliação como uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos no processo de diálogo, aperfeiçoamento e tomadas de decisão. Nela se estabelece o encontro com o outro, o respeito, a democracia e a pluralidade que aprimora o aprendizado.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):

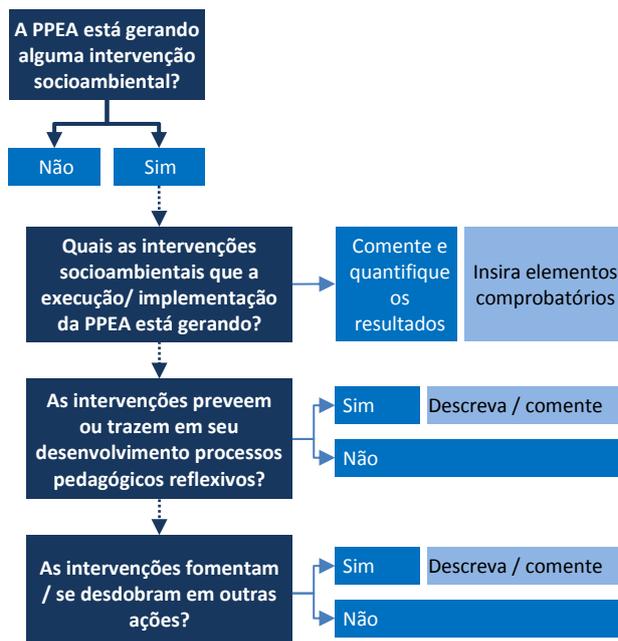




Indicadores da
**Dimensão da Intervenção
Socioambiental**

1 (um) indicadores

Nome do Indicador:	9. Intervenções socioambientais geradas a partir da execução da PPEA	DIS 1/1
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho e resultado.	
Objetivo(s) do Indicador:	Detectar se a PPEA gera resultados práticos que podem contribuir para enfrentamento dos problemas e transformação socioambiental.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Intervenções educadoras socioambientais podem indicar que a PP propicia o exercício da cidadania e de ações que geram reflexões e novas ações para transformar os problemas encontrados.	
Conceitos e Definições:	<p>“A intervenção para entender e/ou transformar a realidade também transforma reciprocamente as pessoas envolvidas” (OCA, 2016).</p> <p>A intervenção reforça a necessidade da articulação teoria/prática, fundada na práxis, que segundo Vásquez (2011, p. 437) se refere à “crítica da realidade presente expressando nossa inconformidade que nos remete a um projeto de transformação da realidade frente ao presente injusto, como um projeto de emancipação ou libertação”.</p> <p>Segundo Guimarães (2005, p. 195) “a intervenção educacional é um movimento numa perspectiva relacional de transformações individuais e coletivas. Avaliar a efetividade desta intervenção é perceber se esse movimento está em curso”.</p>	
Questões, campos de resposta (e pontuação):		



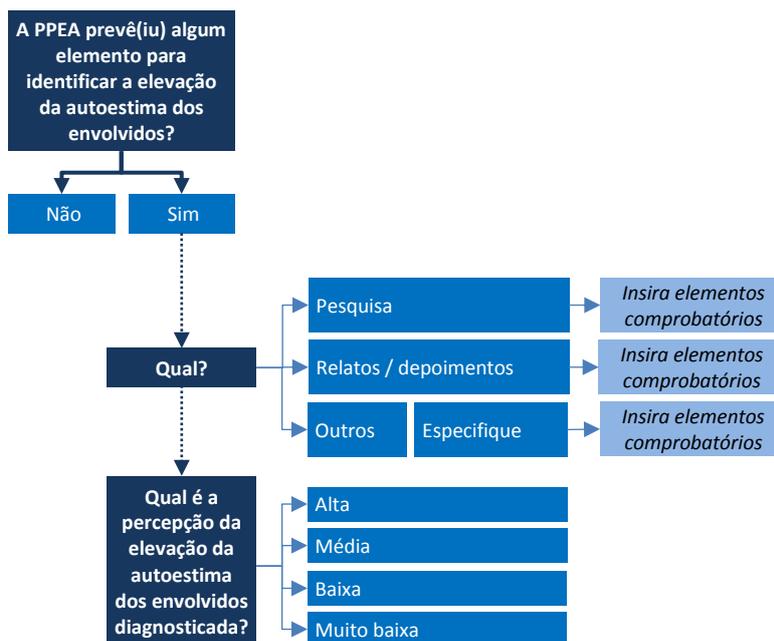


Indicadores da
Dimensão da Subjetividade /
Indivíduo

3 (três) indicadores

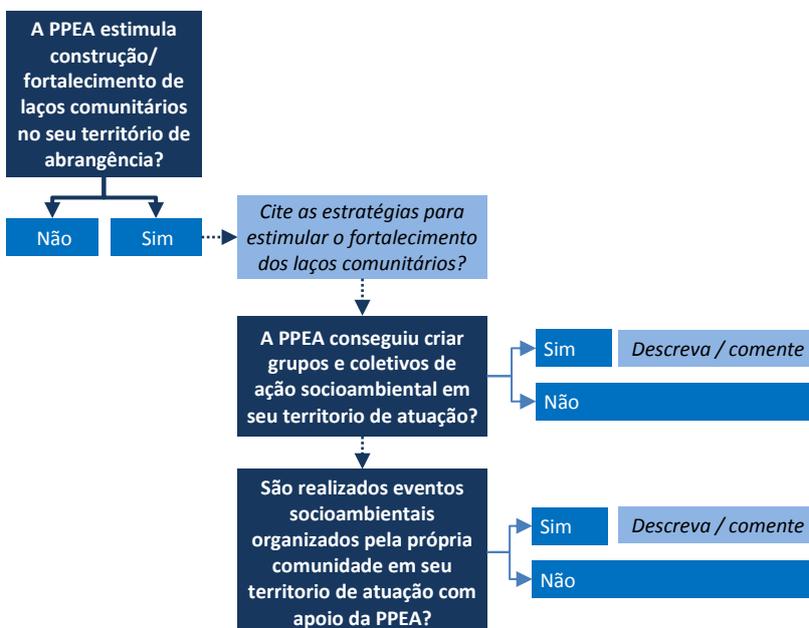
Nome do Indicador:	10. Elevação da autoestima dos envolvidos	DSI 1/3
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho e resultados.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA está elevando a autoestima dos envolvidos.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	A autoestima elevada contribui para aumentar o potencial de ação e de confiança individual e coletiva e consequentemente potencializa as possibilidades de atingir objetivos comuns traçados dentro de uma política pública. Nesse sentido, “pesquisas demonstram a importância do desenvolvimento de políticas públicas que possuam, entre seus objetivos, a elevação de autoestima como estratégia para alcançar o desenvolvimento social”(ZAGURSKI, 2016, p. 35). Deste modo, é preciso verificar se a PPEA está atenta para a autoestima da população do território, se está preocupada em conhecer, identificar a percepção dos sujeitos quanto à autoestima para que crie estratégias apropriadas que contribuam para sua elevação.	
Conceitos e Definições:	Autoestima é o “apeço ou valorização que uma pessoa confere a si própria, permitindo-lhe ter confiança nos próprios atos e pensamentos” (FERREIRA, 2010). “Há uma estreita relação entre autoestima, oportunidades e educação. Ampliar as estratégias que permitam a elevação da autoestima contribui para promover a capacidade do ser humano de fazer suas escolhas, enfrentar situações adversas e atingir maior nível de desenvolvimento” (ZAGURSKI, 2016).	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



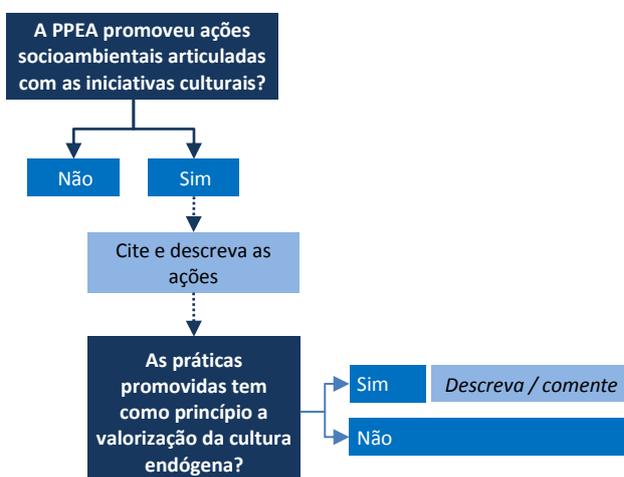
Nome do Indicador:	11. Laços e vínculos comunitários/sociais	DSI 2/3
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho e resultados.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA contribui para criar e/ou fortalecer laços comunitários.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	<p>Os laços comunitários devem ser um dos principais pilares do desenvolvimento da comunidade local endógena, democrática e inclusiva.</p> <p>Uma política pública de educação ambiental que estimula a criação de laços de cooperação e a motivação para engajamentos coletivos contribui para a autonomia e auto-organização.</p> <p>“Os laços são capazes de proteger, em razão de seu efeito concreto de permitir que as pessoas afirmem com quem podem contar em seus desafios produtivos e com quem pode comemorar suas realizações. Estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum” (BRASIL, 2017a, p. 27–50).</p>	
Conceitos e Definições:	<p>Laços e vínculos comunitários/sociais, aqui, são compreendidos como as relações estabelecidas entre um indivíduo ou um grupo de sujeitos/indivíduos e/ou entre os sujeitos e as instituições/organizações/atores sociais com fluxo de comunicação, interação e ações. Estes laços ou vínculos podem gerar os sentimentos de pertencimento, cumplicidade, prazer, bem-estar e potência de agir. Os laços/vínculos podem se apresentar/materializar por meio de associações, cooperativas, grupos e coletivos de consumo responsável, coletivos educadores, redes, grupos de jovens, festas comunitárias, grupos de trabalho e/ou estudos diversos, grupos de teatro, etc.</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



Nome do Indicador:	12. Valorização da cultura associada às atividades ambientais	DSI 3/3
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Identificar se existe valorização da cultura associada às questões ambientais.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	<p>A Agenda 21 da Cultura aprovada no Fórum Universal das Culturas em Barcelona, 2004, diz que “a afirmação das culturas constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social. A qualidade do desenvolvimento local requer o imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas.”</p> <p>Nesse sentido, é importante que as políticas públicas de educação ambiental assumam o compromisso com a subjetividade socioambiental que trata do respeito às diferenças, da valorização da diversidade cultural. Que tragam a memória cultural local, a promoção e o fortalecimento de iniciativas endógenas ao contexto que valorizam o esforço para sua manutenção num contraponto à adoção de práticas da indústria cultural.</p> <p>Conforme afirma a UNESCO (2002), a diversidade cultural contribui para uma “existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória, além de ser fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, sendo para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza”.</p>	
Conceitos e Definições:	<p>“A palavra cultura vem da raiz semântica colore, que originou o termo em latim cultura, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração” (WILLIAMS, 2007, p. 117).</p> <p>“Existem claras analogias políticas entre as questões culturais e ecológicas. Tanto a cultura como o meio ambiente são bens comuns da humanidade” (UNESCO, 2002).</p> <p>A valorização da cultura associada às atividades ambientais está sendo considerada aqui, a partir da complexidade socioambiental que pode ser manifestada por um conjunto de inter-relações de costumes, hábitos, crenças, artes, conhecimentos, práticas sociais e simbologias de forma transversal e plural. Salienta-se que a diversidade (em termos de multiculturalidade, interculturalidade, etc.) será essencial, assim como a construção de uma cultura de sustentabilidade e ação cultural alternativa, em oposição à cultura do espetáculo e ao crescente poder das indústrias culturais.</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):





Indicadores da
Dimensão da Complexidade

4 (quatro) indicadores

Nome do Indicador:	13. Articulação Temática	DCX 1/4
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho e resultado.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA busca a superação de ações fragmentadas conforme exige a complexidade do campo ambiental.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	A articulação temática faz parte da complexidade que envolve a integração com ações e diálogos entre a diversidade de temas, setores, atores e políticas.	
Conceitos e Definições:	<p>São exemplos de temas de ações e/ou políticas públicas AMBIENTAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos hídricos; • Resíduos Sólidos; • Clima; • Prevenção de riscos de desastres naturais; • Biodiversidade / Florestas / Áreas protegidas; • Saneamento Ambiental; • Fiscalização ambiental; • Zoneamento ecológico-econômico; • Licenciamento Ambiental; • Pagamento por serviços ambientais. <p>São exemplos de temas de ações e/ou políticas públicas SOCIAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação; • Saúde; • Esportes; • Cultura; • Desenvolvimento social; • Segurança Alimentar e Nutricional; • Comunicação; • Combate ao trabalho escravo ou análogo; • Migração; • Juventudes; • Terceira idade; • Igualdade racial; • Povos Indígenas • Comunidades tradicionais; • Gênero; • Mulheres; • Inclusão. 	

São exemplos de temas de ações e/ou políticas públicas de

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

- Geração de trabalho e renda;
- Arranjos / sistemas produtivos locais;
- Turismo.

São exemplos de temas de ações e/ou políticas públicas de

DESENVOLVIMENTO URBANO:

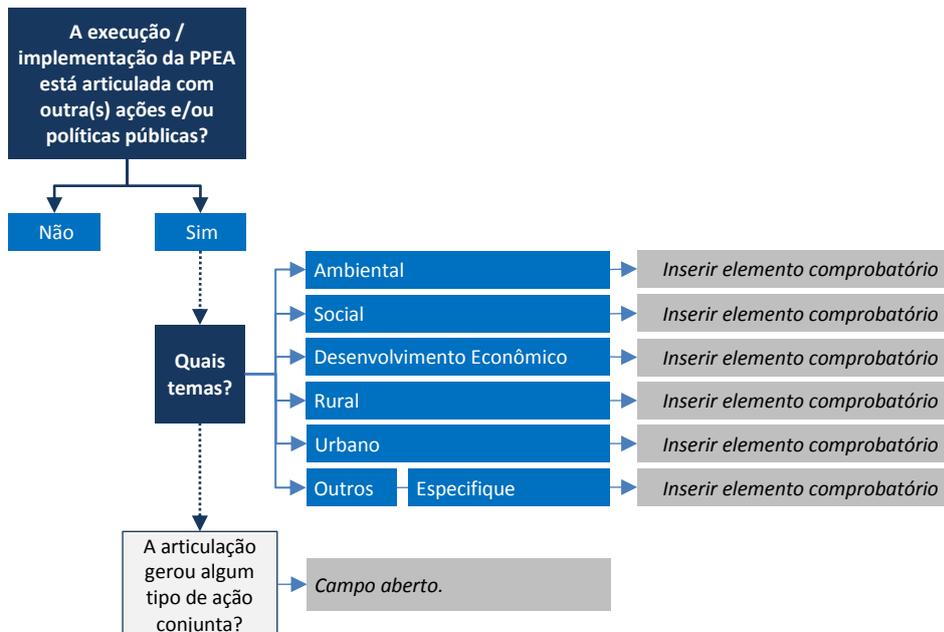
- Cidades;
- Planejamento e gestão territorial urbana
- Mobilidade e acessibilidade
- Habitação e acesso à moradia;
- Regularização fundiária.

São exemplos de temas de ações e/ou políticas públicas de

DESENVOLVIMENTO RURAL:

- Agropecuária;
- Agroecologia / Sistemas Agroflorestais;
- Reforma Agrária.

Questões, campos de resposta (e pontuação):



Nome do Indicador:	14. Articulação de Redes, Movimentos socioambientais e Coletivos Educadores	DCX 2/4
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar o grau de articulação/interação da PPEA com a rede/movimento/coletivo.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	<p>Mesmo que de escala local, a política pode e deve se articular regional, nacional e globalmente numa perspectiva teórico-prática, estrutural, econômica ou politicamente, visto que a dimensão da complexidade traz a necessidade das reflexões locais conectadas às globais e vice-versa. A articulação de políticas acontece em níveis diversos, interno e externo, em todas as esferas do poder/governo e sociedade.</p> <p>“Os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política. Eles têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais”(GOHN, 2011, p. 337).</p> <p>As redes são estruturas que mantêm viva toda a dinâmica e articulação entre educadores ambientais brasileiros de forma intergeracional. A articulação de políticas públicas a partir das redes, coletivos, movimentos sociais e afins podem trazer vários benefícios, como potencialização das capacidades institucionais, ampliação de resultados, legitimidade das ações, controle social e acompanhamento das políticas entre outros.</p>	
Conceitos e Definições:	<p>Rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisão; pelo alto grau de autonomia de seus membros; pela horizontalidade das relações entre os seus elementos (MARTINHO, 2003, p.1).</p> <p>Após a Rio 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, várias Redes de Educação Ambiental começaram se estabelecer e consolidar, como a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA).</p> <p>A REBEA, criada em 1992, tem o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global como sua carta de princípios. Articula uma grande malha nacional de redes de educadores ambientais. Esta malha é feita de ideais, sonhos, conhecimentos e objetivos que, compartilhados, tecem a cidadania necessária para a construção de uma cultura de paz e sociedades sustentáveis. A REBEA é reconhecida pelo MMA e MEC, que formam o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. A REBEA abrange cerca de 40 redes entre territoriais, temáticas e de juventudes, além de se articular com diversas Redes internacionais (REBEA, 2018).</p> <p>Destacam-se algumas redes da malha da REBEA: REARJ – Rede de EA do Rio de Janeiro; REPEA – Rede Paulista de EA; REABA – Rede de EA da Bahia; REJUMA – Rede de Juventudes pelo Meio Ambiente; Rede Capixaba de Educação Ambiental – RECEA; Rede Mineira de Educação Ambiental – RMEA; Rede de Educação Ambiental da Paraíba – REAPB (PB); Rede de Educação e Informação Ambiental de Goiás – REIA-GO; Rede Matogrossense de Educação Ambiental – REMTEA; Rede de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul – REAMS; Rede Paraense de Educação Ambiental – REDEPAEA; Rede Acreana de Educação Ambiental – RAEA; REARO – Rede de Educação Ambiental de Rondônia; Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental – REASUL; Rede Paranaense de Educação Ambiental – REAPR; RUPEA - Rede Universitária de Programas de EA (REBEA, 2018).</p> <p>Exemplos de Redes Internacionais do campo da EA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Lusófona de Educação Ambiental 	

- Rede PlanTEA – Rede Planetária do Tratado de EA
- Fóruns e redes de campos diversos em diálogos diretos com a EA:
- FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs, Movimentos Sociais
 - REBAL - Rede Brasileira de Agendas 21 Locais Movimentos sociais diversos:
 - ANA – Articulação Nacional de Agroecologia;
 - MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra;
 - Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
 - MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

“Movimentos sociais são considerados como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2008).

Gohn (GOHN, 2011) salienta que “definições clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositores e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade.”

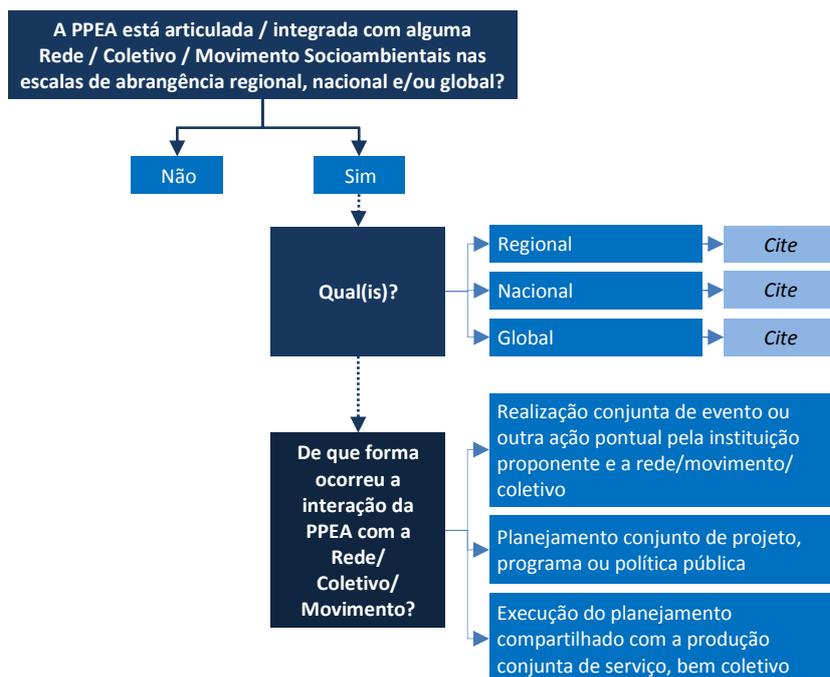
Coletivos Educadores:

“Coletivo educador é a união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território. Tem o papel de promover a articulação de políticas públicas, reflexões críticas, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade dos seus participantes e articulação institucional, visando a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente todo o tecido social do território estipulado” (FERRARO JR.; SORRENTINO, 2005, p. 60).

Em 2004 o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente formulou e executou a política pública de coletivos educadores, como forma de enraizar a educação ambiental no país. Segundo Barbosa (2008), em 2008 o Brasil teve cerca de 150 Coletivos Educadores constituídos, como por exemplos:

- Coletivo Educador do Portal da Amazônia
- Coletivo Educador do Centro Norte Mato-grossense
- Coletivo Educador de Foz de Iguaçu
- Coletivo Educador Ipê Roxo

Questões, campos de resposta (e pontuação):



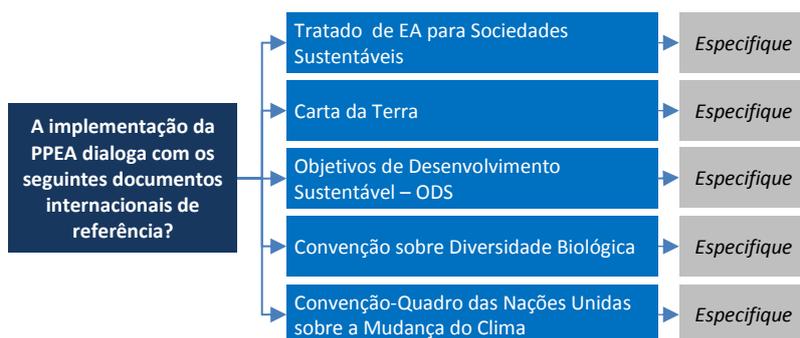
Nome do Indicador:	15. Conexão e articulação com referências e documentos internacionais	DCX 3/4
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA reconhece documentos que são referências local-global para a EA.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Dialogar com os documentos/referências internacionais significa assumir o compromisso coletivo local-global com a educação ambiental e meio ambiente, além de demonstrar os referenciais teóricos, políticos e pedagógicos da PPEA.	
Conceitos e Definições:	<p>Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – foi elaborado durante o Fórum Global das Organizações Não Governamentais, simultaneamente à reunião de chefes de Estado ocorrida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, em 1992. Tornou-se a Carta de Princípios da Rede Brasileira de Educação Ambiental e das demais redes de EA a ela entrelaçadas. Além disso, o Tratado foi assumido pela Política e Programa Nacional de Educação Ambiental.</p> <p>"Este tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta" (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992).</p> <p>Carta da Terra - “A Carta da Terra parte de uma visão integradora e holística. Considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam soluções includentes. Ela representa um grito de urgência face às ameaças que pesam, sobre a biosfera e o projeto planetário humano. Significa também um libelo em favor da esperança de um futuro comum da Terra e Humanidade” (MMA, 2000).</p> <p>A Carta da Terra começou a ser elaborada durante a Rio-92, como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a carta dos povos.</p> <p>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - agenda global adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030 (BRASIL, 2017b).</p> <p>Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) - Tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, estabelecida durante a Rio-92 em junho de 1992 – e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema. Mais de</p>	

160 países já assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993. Um dos artigos da CDB é a “Educação e Conscientização Pública”, destacando-se a necessidade de elaboração de programas educacionais de conscientização pública, a divulgação pelos meios de comunicação, e a inclusão dos temas referentes a biodiversidade nos programas educacionais (MMA, 2018a).

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) –

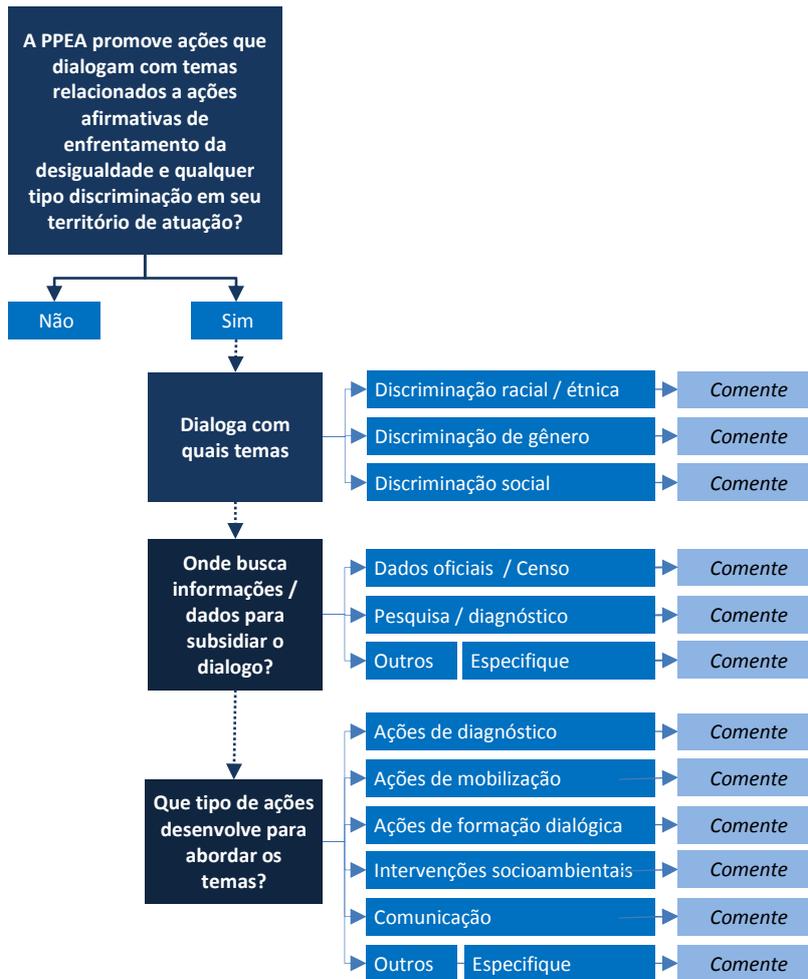
Elaborada durante a Rio-92 tem o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Entre os compromissos assumidos pelas partes (mais de 100 países) está a promoção e cooperação na educação e conscientização pública em relação à mudança do clima (MMA, 2018b).

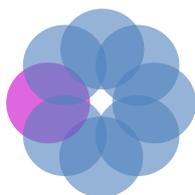
Questões, campos de resposta (e pontuação):



Nome do Indicador:	16. Apoio à Ações Afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações	DCX 4/4
Tipo de Indicador:	Indicador de desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA está dialogando e apoiando as ações afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	<p>A Constituição Federal de 1988 “consagrou entre os seus objetivos, construir uma sociedade livre, justa e solidária, mediante a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação (artigo 3º, I, III e IV)” (PIOVESAN, 2008).</p> <p>Deste modo, ações afirmativas são políticas públicas em busca de “corrigir as desigualdades e discriminações presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos” (SNPPPIR, 2018). Portanto, uma política pública de educação ambiental dentro de seus princípios críticos, emancipatórios, sistêmicos, solidários e cooperativos pode contribuir diretamente com as ações afirmativas desenvolvidas por outros setores, assumindo assim, um compromisso de diálogo constitucional que garanta os direitos de igualdade e equidade de todos.</p>	
Conceitos e Definições:	<p>“As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo - no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório -, mas também prospectivo - no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade.” (PIOVESAN, 2008).</p> <p>“As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo.</p> <p>Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.</p> <p>As políticas de ações afirmativas não são exclusivas do governo. A iniciativa privada e as organizações sociais sem fins lucrativos também são atores importantes neste processo, podendo atuar em conjunto, dando suporte, de forma complementar ao governo.</p> <p>As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos àqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo.</p> <p>O termo ação afirmativa foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, na década de 60 do século XX, para se referir a políticas do governo para combater as diferenças entre brancos e negros. Para compreender a necessidade de uma ação afirmativa, é preciso, antes de tudo, compreender o contexto social vivido por um país, por isso o que gera preconceito por parte de setores da sociedade em muitos casos é analisar uma ação afirmativa sem antes entender o histórico que precedeu a política pública (SNPPPIR, 2018).</p>	

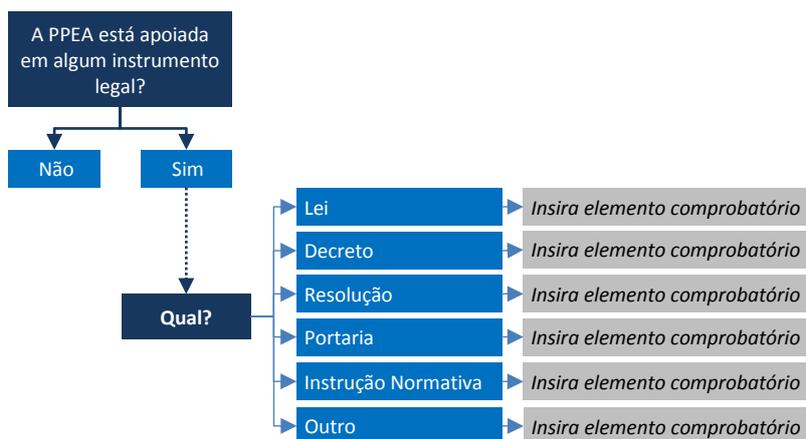
Questões, campos de resposta (e pontuação):





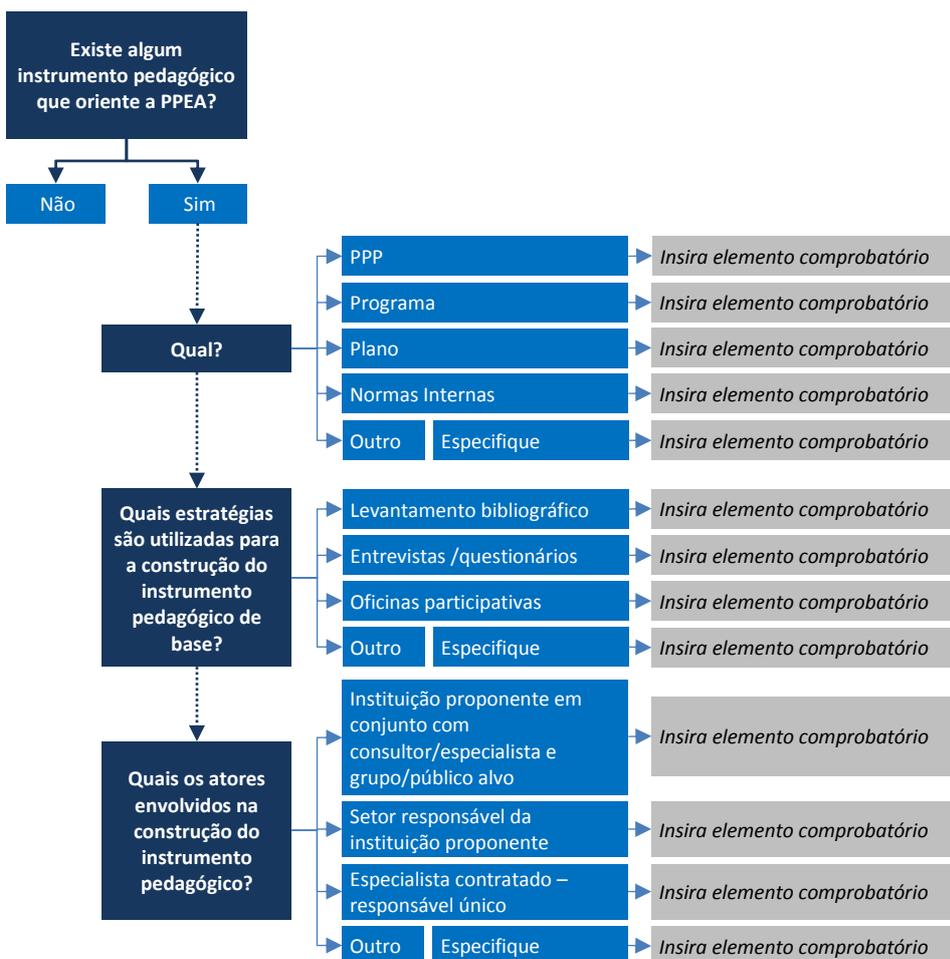
Nome do Indicador:	17. Instrumento legal da PPEA	DI 1/8
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se existe um marco legal para a PPEA.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	O reconhecimento e institucionalização formal por meio de instrumentos e atos legais contribuem com a permanência e continuidade das políticas públicas nos territórios.	
Conceitos e Definições:	Instrumentos normativos entendidos como atos formais das instituições (públicas, privadas ou da sociedade civil), incluindo leis e suas regulamentações, e instruções normativas tais como resoluções, portarias, entre outros. Definem instruções sobre organização, funcionamento, conceitos, princípios, objetivos, diretrizes, entre outros, e guiam a atuação e a tomada de decisão da instituição e atores envolvidos. Se oriundos do poder público, são dotados de legitimidade, universalidade e capacidade coercitiva, e se oriundos das instituições privadas e da sociedade civil, são diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público ou coletivamente relevante.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



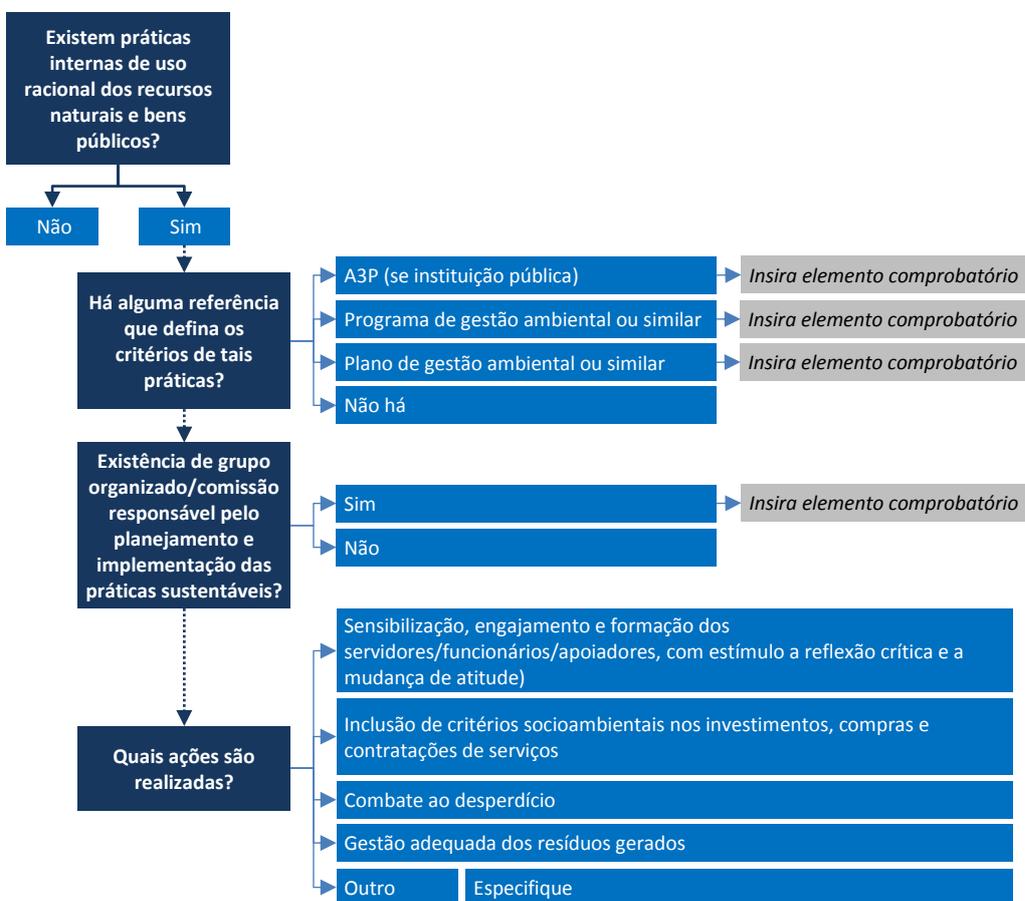
Nome do Indicador:	18. Instrumento pedagógico participativo de base	DI 2/8
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA se apoia e orienta-se por um processo político-pedagógico participativo.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Uma PPEA que tem um instrumento pedagógico de base revela que possui comprometimento com o planejamento de intencionalidade pedagógica, que possui estratégias de ação, processos sistematizados, registrados e pactuados coletivamente. Além disso, pode ser um instrumento de apoio ao controle social, monitoramento e avaliação.	
Conceitos e Definições:	Considera-se “instrumento pedagógico de base” o documento dinâmico, flexível, crítico e construído coletivamente, que reflete o processo político-educador, teórico-prático da PPEA, trazendo sua identidade, seus princípios, valores, diretrizes e propostas de ação no tempo e espaço.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



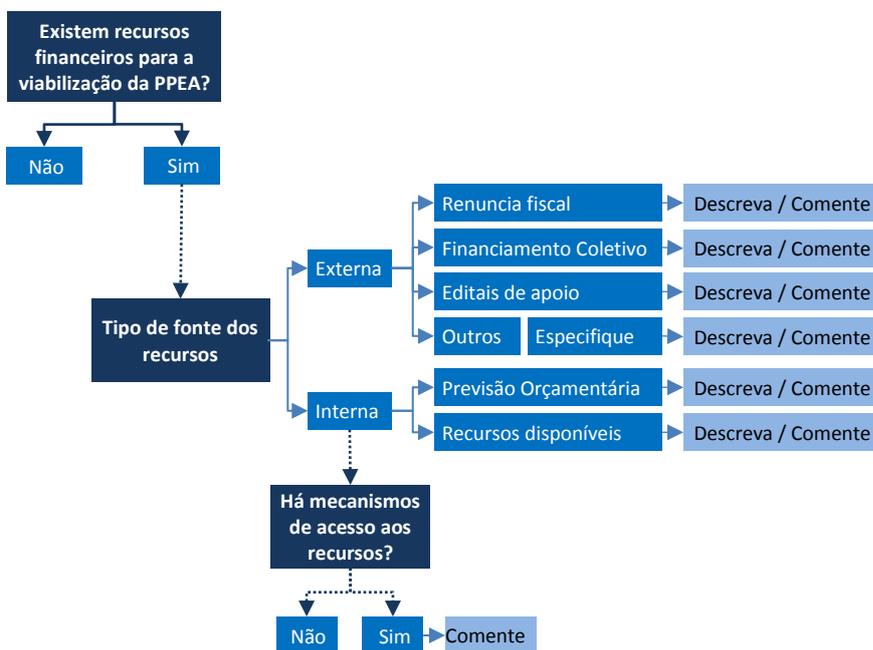
Nome do Indicador:	19. Gestão racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos	DI 3/8
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA tem ações práticas internas que sejam exemplos de melhorias de gestão pelo uso dos bens naturais, patrimoniais e públicos.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Adotar medidas relacionadas ao uso racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos revela se o proponente da PPEA tem compromisso interno, num processo de práticas coerentes com o discurso, contribuindo para a proteção ambiental e redução de gastos.	
Conceitos e Definições:	Gestão racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos é um dos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. Segundo a A3P, “nos atuais padrões de produção e consumo, surge a cultura do desperdício, que ultrapassa as camadas de alta renda e paradoxalmente atinge as camadas menos favorecidas, sendo necessário refletir sobre a origem e a hegemonia de uma cultura pautada pelo desperdício” (MMA, 2009).	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



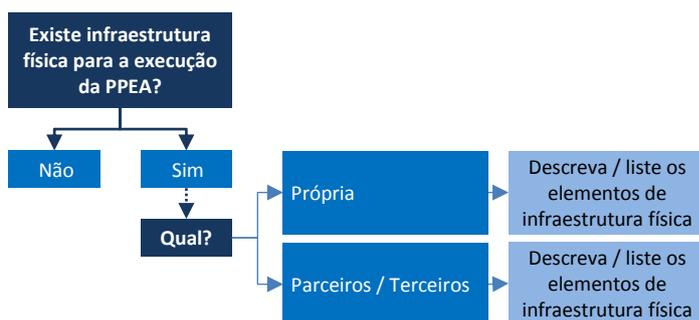
Nome do Indicador:	20. Suporte orçamentário	DI 4/8
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA está alicerçada em bases concretas financeiras que possam viabilizá-la.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Uma vez que a instituição detém e opera uma política pública de EA, é desejável que apresente mecanismos de acesso a recursos ou retaguarda orçamentária que possibilite a sua execução/implementação. Recursos financeiros são necessários para colocar o planejamento e as PPEA em prática.	
Conceitos e Definições:	O suporte orçamentário da instituição é entendido como fonte própria ou interna de receita para a PPEA, tais como previsão no PPA (Plano Plurianual) no caso de instituições públicas, ou garantia de fontes orçamentárias diversas para as demais instituições. São também consideradas fontes externas de apoio a PPEA, podendo ser oriundas de parcerias ou de captações de recursos específicas para a implementação da PPEA.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



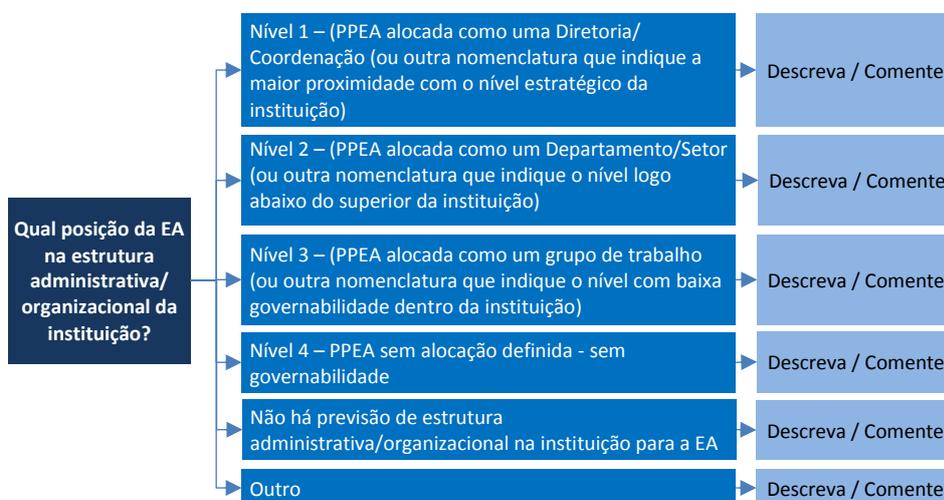
Nome do Indicador:	21. Infraestrutura física	DI 5/8
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Identificar as condições físicas para a construção e execução da PPEA.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Para formular e/ou implementar uma PPEA é necessário ter o mínimo de infraestrutura que demonstra um aspecto da capacidade institucional de atuação.	
Conceitos e Definições:	A infraestrutura aqui se refere a: espaços físicos como biblioteca; sala para reuniões/oficinas/cursos; centro de visitantes; automóveis para deslocamento de equipes; equipamentos audiovisuais; logística operacional, etc.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



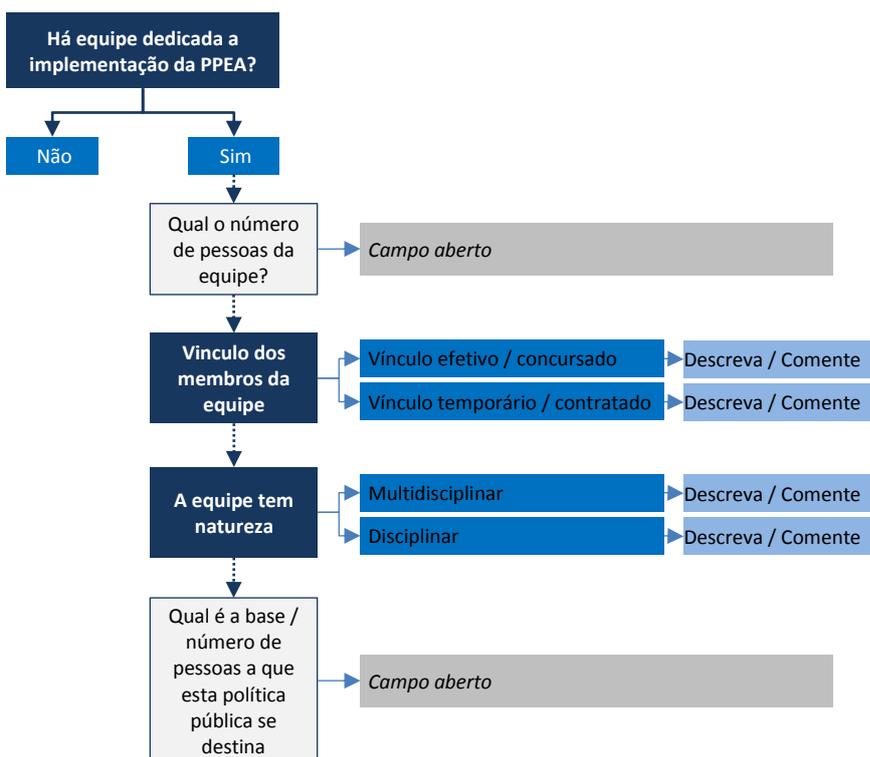
Nome do Indicador:	22. Estrutura Organizacional	DI 6/8
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar a relevância da PPEA na instituição, além da capacidade de autonomia da gestão.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Se a instância operacionalizadora da PPEA estiver alocada numa hierarquia institucional de maior relevância pode indicar mais autonomia, poder de decisão, melhores condições de negociações em instâncias elevadas.	
Conceitos e Definições:	Estrutura organizacional é compreendida aqui como a forma que as atividades, objetivos, equipes, responsabilidades estão agrupadas num organograma institucional/administrativo/burocrático. A hierarquização na estrutura organizacional define a valorização e a importância da PPEA para a instituição. Quanto mais próximo do nível estratégico das organizações melhor as condições para execução da PPEA e a integração com as outras políticas públicas.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



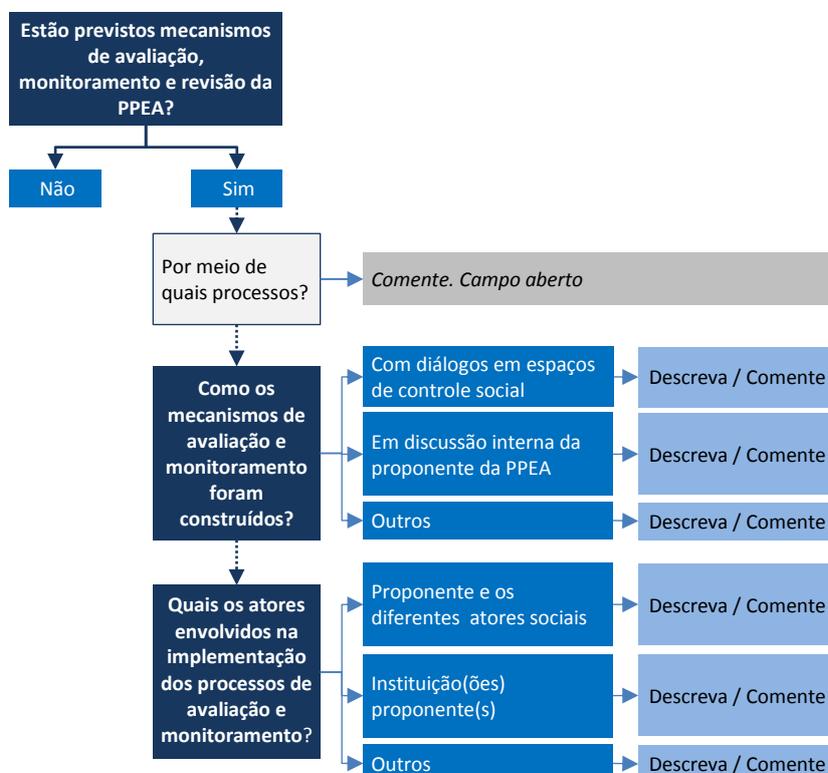
Nome do Indicador:	23. Recursos humanos empregados na PPEA	DI 7/8
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Identificar a capacidade de institucionalização via recursos humanos comprometidos com a EA.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Considera-se a importância de gestores e educadores, reconhecidos como articuladores e mediadores dos processos de formulação e implementação das PPEA. Os gestores e educadores constroem junto estratégias de fortalecimento das políticas públicas. Envolvem-se na gestão dos processos educativos, na tomada de decisões, na organização das articulações com instituições parceiras, público beneficiado e outros movimentos organizados. Considera-se sua função estratégica na formulação e implementação, podendo também atuar como captadores de recursos.	
Conceitos e Definições:	Recursos humanos empregados na PPEA são considerados os gestores e educadores comprometidos com a PPEA em seu território. Podem ser funcionários públicos ou privados, preferencialmente com dedicação exclusiva para articular a EA no território, sendo desejável alocação em um Setor ou instância de EA, composto por equipe multiprofissional.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



Nome do Indicador:	24. Monitoramento e Avaliação da PPEA	DI 8/8
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA tem oportunidade de ser revista, refletida, dialogada e aprimorada de forma permanente e continuada.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Uma PPEA que passa por estratégias de monitoramento e avaliação tem condições de ser aprimorada, revisitada, adequada de acordo com as necessidades, demandas, expectativas e conjunturas atualizadas, porém sem perder de vista os princípios e valores da EA pactuados. Possibilita dar transparência às ações, desencadear processos de aprendizagens, socialização de informações, registrar e sistematizar informações, auxiliar na tomada de decisão e contribuir de forma geral para a gestão.	
Conceitos e Definições:	<p>Jannuzzi (2013, p. 9) coloca que um sistema de monitoramento e avaliação pode ser conceituado como um “conjunto de processos articulados e tecnicamente orientados de levantamento, registro, produção, organização, acompanhamento e análise crítica de informações resultantes”.</p> <p>Alba e Gaudiano (1997, p. 13) consideram que “a avaliação na EA precisa ser um processo contínuo e ocorrer em todas as fases do desenvolvimento das atividades: Está associada com todo o processo educativo. Não é concebida só como uma atividade final, nem diagnóstica, senão como um processo estreitamente articulado com o fazer educativo”.</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



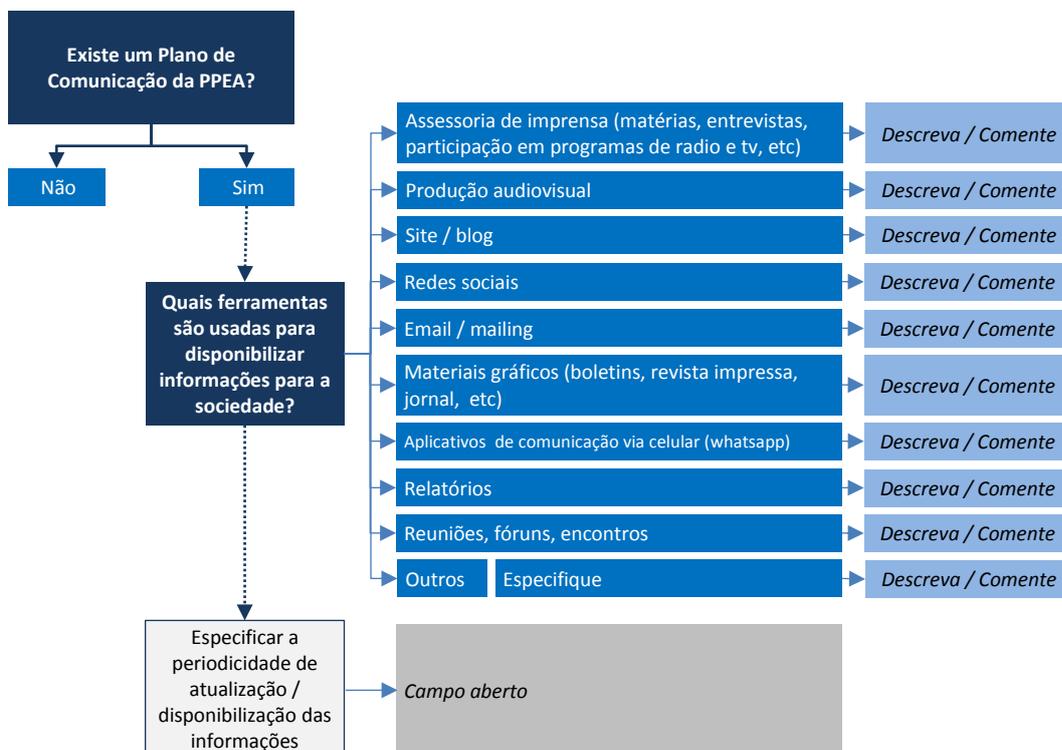


Indicadores da
Dimensão da Comunicação

3 (três) indicadores

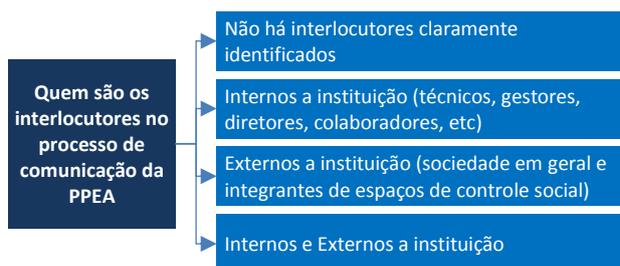
Nome do Indicador:	25. Plano e Ferramentas de Comunicação	DCOM 1/3
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se existe um Plano de Comunicação para a PPEA, além de identificar as ferramentas de comunicação utilizadas.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Ter um plano de comunicação para a PPEA demonstra a relevância que é conferida à mesma, com organização, sistematização de ideias e estratégias definidas. Detectar as ferramentas/estratégias associadas permite avaliar se as mesmas possibilitam diálogo, interação e transparência.	
Conceitos e Definições:	Plano de comunicação é compreendido neste trabalho como um instrumento de planejamento que define sua missão, valores, públicos, objetivos, metas, estratégias e ferramentas a serem utilizadas pela PPEA. O Plano de Comunicação reflete as opções político-pedagógicas da instituição.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



Nome do Indicador:	26. Interlocutores do processo de comunicação	DCOM 2/3
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Identificar se a PPEA adota uma comunicação aberta às possibilidades de diálogo com atores externos à instituição.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Detectar quem são os interlocutores da comunicação de uma PPEA pode revelar um dos elementos da comunicação crítica e democrática.	
Conceitos e Definições:	Interlocutores diz respeito aos sujeitos envolvidos no processo de comunicação, refere-se à interação entre sujeitos que assumem o papel de produtor e receptor da informação.	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



Nome do Indicador:	27. Educomunicação e/ou Comunicação Social	DCOM 3/3
Tipo de Indicador:	Indicador de Desempenho.	
Objetivo(s) do Indicador:	Verificar se a PPEA traz a comunicação na perspectiva da comunicação social e/ou educomunicação.	
Por que o indicador é importante no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental?	Este indicador aponta se a PPEA traz a perspectiva dialógica da comunicação, com protagonismo plural, criatividade, apropriação e uso de tecnologias diversas e ampliação da expressão popular.	
Conceitos e Definições:	<p>A Constituição Federal de 1988 traz princípios de ampla liberdade de expressão, liberdade de informação, que envolve tanto o direito de informar quanto o de ser informado. Nesse sentido, a comunicação social e/ou educomunicação são áreas da comunicação que atuam para dar voz e protagonismo à diversidade de sujeitos que muitas vezes estão silenciados apenas como receptores de informações.</p> <p>A Educomunicação dialoga com a Educação, tanto quanto com a Comunicação, ressaltando, por meio de projetos colaborativos planejados, a importância de se rever os padrões teóricos e práticos pelas quais a comunicação se dá. Busca, desta forma, transformações sociais que priorizem, desde o processo de alfabetização, o exercício da expressão, tornando tal prática solidária fator de aprendizagem que amplie o número dos sujeitos sociais e políticos preocupados com o reconhecimento prático, no cotidiano da vida social, do direito universal à expressão e à comunicação (SOARES, 2014).</p>	

Questões, campos de resposta (e pontuação):



REFERÊNCIAS

- ALBA, A.; GAUDIANO, E. G. **Evaluación de programas de Educación Ambiental**. Cidade do Mexico: Universidade Nacional Autônoma do México, 1997.
- ANTUNES, M. M. Técnica Delphi: metodologia para pesquisas em educação no Brasil. **Rev. Educ. PUC-Camp.**, v. 19, n. 1, p. 63–71, 2014.
- BARBOSA, L. C. Políticas Públicas de Educação Ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil. In: Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília. **Anais...** Brasília: 2008.
- BRASIL, M. do D. S. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. [s.l: s.n.].
- BRASIL, S. de G. da P. da R. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**.
- CANDAU, V. M.; LELIS, I. A. A Relação Teoria-Prática na formação do educador. In: CANDAU, V. M. (Ed.). **Rumo a uma nova didática**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 56–72.
- FERRARO JR., L. A.; SORRENTINO, M. Coletivos Educadores. In: FERRARO JR., L. A. (Ed.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 59–69.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. [s.l.] Editora Positivo, 2010.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10^o ed, ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2^o ed. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.
- GUIMARÃES, M. Intervenção educacional. In: FERRARO JR., L. A. (Ed.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- JANUZZI, P. M. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 5, 2013.
- MINAYO, M. C. S. Construção de indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica - Fundação Oswaldo Cruz**, v. 33, n. Supl. 1, p. 83–92, 2009.
- MMA. **Carta da Terra** Ministério do Meio Ambiente - Diretoria de Educação Ambiental, , 2000. .
- MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5^o ed. [s.l: s.n.]
- MMA. **Convenção da Diversidade Biológica**.
- MMA. **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)**.
- NUNES, K. **Comunicação e mobilização social: orientações para incidir em políticas públicas**. [s.l: s.n.].
- OCA, L. de E. e P. A. da E. U. O “Método Oca” de Educação Ambiental: Fundamentos e estrutura incremental. **Ambiente & Educação**, v. 21, n. 1, p. 75–93, 2016.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Estud. Fem.**, v. 16, n. 3, 2008.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cardenos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, n. Número Especial, p. 337–358, 2018.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. **AmbientalMente Sustentable**, n. I, p. 25–39, 2017.

RAYMUNDO, M. H. A.; DINIZ, N.; MARANHÃO, R.; JANKE, N. Projeto Político Pedagógico como estratégia para Inclusão da Educação Ambiental nas Políticas Públicas Brasileiras. **AmbientalMente Sustentable**, v. II, n. 20, p. 150–165, 2015.

REBEA. **Rede Brasileira de Educação Ambiental.**

ROZADOS, H. B. F. O uso da técnica Delphi como alternativa metodológica para a área da ciência da informação. **Em questão**, v. 21, n. 3, p. 64–86, 2015.

SNPPPIR, M. dos D. H. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial.**

SOARES, I. O. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Rev. do Depto de Comunicações e Artes da ECA-USP**, v. XIX, n. 2, 2014.

SORRENTINO, M. Apresentação - Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis? In: RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. (Ed.). **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** São Carlos: Diagrama, 2015. p. 226.

TORO, A. J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** [s.l: s.n.].

UNESCO. **Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural.** [s.l: s.n.].

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** 2º ed. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2007.

ZAGURSKI, A. T. S. Autoestima e Igualdade de oportunidades no âmbito das políticas públicas: uma abordagem a partir da teoria moral de John Rawls. **Revista da AJURIS**, v. 43, n. 141, 2016.